

PROJETO

POLÍTICO

PEDAGÓGICO

E.E. PROF^a MARIA RITA ARAÚJO COSTA

2018

PELA HOMOLOGAÇÃO
EM 23/05/2018

André Visalli Neto
RG: 7.511.134-2
Supervisor de Ensino

PELA HOMOLOGAÇÃO
EM 23/5/18

Dirceza Biscola Pereira
RG: 05.136.522
Dirigente Regional de Ensino



SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

Rua Ernesto Bergamasco, 665 V.S. Pedro Hortolândia – SP
e045559a@educacao.sp.gov.br



PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

SUMÁRIO

Apresentação.....	03
1. Capítulo 1- Identificação.....	06
1.1 Identificação do Estabelecimento.....	06
1.2 Aspectos Históricos.....	06
2. Capítulo 2- Visão/Missão.....	08
2.1 Visão.....	08
2.2 Missão.....	08
3. Capítulo 3 – Organização Escolar.....	10
4. Capítulo 4 – Estrutura Organizacional.....	20
4.1 Horários de Funcionamento da Escola.....	28
4.2 Horários de Trabalho da Gestão.....	28
4.3 Horários de Trabalho dos Funcionários.....	30
5. Capítulo 5 – Estrutura Física.....	32
6. Capítulo 6 – Justificativa.....	33
6.1 Dados Estatísticos.....	36
6.2 Descrição e Análise dos Facilitadores.....	40
6.3 Descrição e Análise dos Dificultadores.....	41
6.4 Descrição das Ações em Curso.....	42
7. Capítulo 7 – Objetivos e Metas.....	47
7.1 Objetivos.....	47
7.1.1 Objetivos Institucionais.....	47
7.1.2 Objetivos Educacionais.....	49
7.2 Metas.....	52
8. Capítulo 8 - Princípios Educativos.....	57
9. Capítulo 9 – Pressupostos Educativos.....	62



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

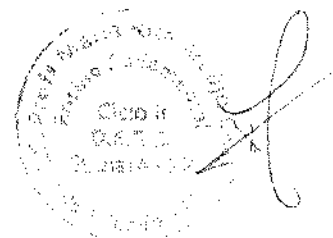
Rua Ernesto Bergamasco, 665 V.S. Pedro Hortolândia – SP
e045559a@educacao.sp.gov.br



9.1 Educação Inclusiva.....	64
10. Capítulo 10 – Proposta Curricular.....	66
10.1 Uma Escola que Também Aprende.....	73
10.2 O Currículo Como Espaço De Cultura.....	74
10.3 As Competências Como Referência.....	75
10.4 Prioridade Para a Capacidade Leitora e Escritora.....	78
10.5 Articulação das Competências Para Aprender.....	83
11. Capítulo 11 – Plano de Ação.....	87
11.1 Objetivos Gerais.....	88
11.2 Objetivos Específicos.....	89
11.3 Metas.....	89
11.4 Ações a Serem Realizadas Para Melhoria da Aprendizagem.....	90
12. Capítulo 12 – Implementação e Avaliação.....	93
13. Capítulo 13 – Considerações Finais.....	98
Referências.....	99



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



APRESENTAÇÃO

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) da Escola Estadual Prof.ª Maria Rita Araújo Costa, além de ser uma exigência legal, expressa na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, permite a revelação da identidade da Instituição, de suas concepções e de seus sonhos. Além disso, define a natureza e o papel socioeducativo, cultural, político e ambiental da Escola, bem como sua organização e gestão curricular para subsidiar o seu Regimento Escolar e sua Proposta Pedagógica, documentos que são os balizadores das ações educativas.

A importância do PPP da Escola Estadual Prof.ª Maria Rita Araújo Costa leva em conta a trajetória da sua comunidade escolar, a sua história e cultura, não só para garantir um percurso formativo de sucesso para as crianças e os estudantes, como também para cumprir o seu compromisso com a sociedade.

A Escola Estadual Prof.ª Maria Rita Araújo Costa vem trabalhando, sistematicamente e com afinco, em defesa de uma educação onde se busca elevação da qualidade formal e política.

Além disso, como sugere Gadotti (2001), a palavra projeto vem do verbo projetar, lançar-se para frente, dando sempre a ideia de movimento, de mudança.



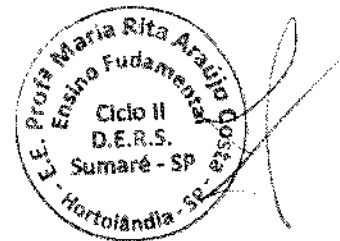
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

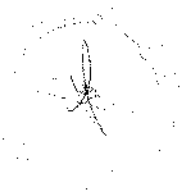
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



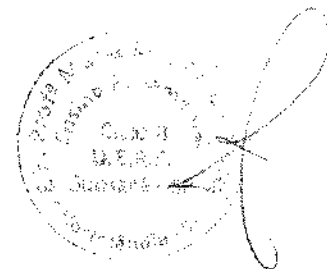
A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), em seu artigo 12, inciso I, prevê que "os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, tem a incumbência de elaborar e executar sua proposta pedagógica", deixando explícita a ideia de que a escola não pode prescindir da reflexão sobre sua intencionalidade educativa. Assim sendo, o projeto pedagógico passou a ser objeto prioritário de estudo e de muita discussão. Para André (2001, p. 188) o projeto pedagógico não é somente uma carta de intenções, nem apenas uma exigência de ordem administrativa, pois deve "expressar a reflexão e o trabalho realizado em conjunto por todos os profissionais da escola, no sentido de atender às diretrizes do sistema nacional de Educação, bem como às necessidades locais e específicas da clientela da escola"; ele é "a concretização da identidade da escola e do oferecimento de garantias para um ensino de qualidade".

Segundo Libâneo (2001, p. 125), o projeto pedagógico "deve ser compreendido como instrumento e processo de organização da escola", tendo em conta as características do instituído e do instituinte. Segundo Vasconcellos (1995), o projeto pedagógico é um instrumento teórico-metodológico que visa ajudar a enfrentar os desafios do cotidiano da escola, só que de uma forma refletida, consciente, sistematizada, orgânica e, o que é essencial, participativa. É uma metodologia de trabalho que possibilita ressignificar a ação de todos os agentes da instituição (p. 143).

Sendo assim o projeto pedagógico não é modismo e nem é documento para ficar engavetado em uma mesa na sala de direção da escola, ele transcende o simples agrupamento de planos de ensino e atividades diversificadas, pois é um instrumento do trabalho que indica rumo, direção e construído com a participação de todos os profissionais da

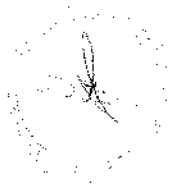


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



instituição. Falar da construção do projeto pedagógico é falar de planejamento no contexto de um processo participativo, onde o passo inicial é a elaboração do marco situacional, sendo este a luz que deverá iluminar o fazer das demais etapas.

Para construção deste documento, a Escola reuniu-se com a comunidade para discussão e pesquisa feita através de diagnóstico realizado pela Instituição para promover a qualidade do ensino por meio da garantia dos direitos do cidadão em prol do sucesso educacional das crianças, adolescentes e jovens assistidos, preservando o bem-estar físico e mental, estimulando seus aspectos cognitivo, emocional e social. Sua finalidade é assegurar e fundamentar todo o funcionamento da escola, sua estrutura física funcional e também pedagógica, assim como dar suporte para que *“a escola seja palco de inovações, investigações e grandes ações fundamentadas num referencial teórico metodológico que permita a construção de sua identidade e exerça seu direito à diferença, a singularidade, a transparência, a solidariedade e a participação”*. (Veiga, 1996)



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Capítulo 1

IDENTIFICAÇÃO

1.1 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO

A Escola Estadual Professora Maria Rita Araújo Costa -Decreto criação nº 16.581 de 30/01/81, publicado a 30/01/81 – situada a Rua Ernesto Bergamasco nº 665, Vila São Pedro – CEP -13.183-080 – fone (19) 3865-2572 em Hortolândia -SP, é mantida pelo poder público e administrada pela Secretaria de Estado d Educação, com base nos dispositivos constitucionais vigentes, na LDB e no ECA.

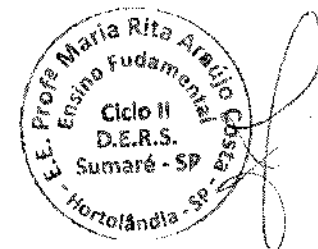
1.2 ASPECTOS HISTÓRICOS

Retrocedendo nas páginas do tempo, Hortolândia, então distrito de Sumaré, configurava-se como um lugar relegado pelos administradores municipais de Sumaré que nunca aplicaram recursos proporcionais em obras de infraestrutura, saneamento básico, segurança, saúde e educação.

É neste contexto histórico-social que encontramos de maneira adaptada nossa escola, então denominada E.E.P.G. do Parque Hortolândia funcionando quase sem infraestrutura básica. A escola, apesar das dificuldades que lhe eram impostas, tal qual o distrito de Hortolândia se firmou no bairro do Parque de Hortolândia que foi o primeiro loteamento oficialmente aprovado.



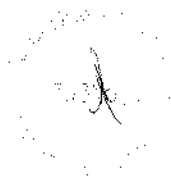
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



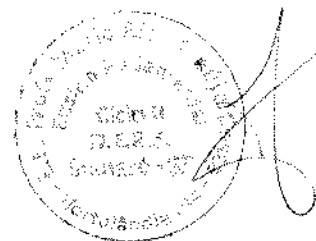
Correndo os dedos sobre as páginas, buscando o futuro, mudanças ocorreram ao então distrito de Sumaré, ocorrendo o mesmo para a escola que ganhou um prédio novo em local destacado entre as duas estradas vicinais que adentraram o novo município. Hortolândia, através de um plebiscito, ganhou sua emancipação política e vida nova. Nossa escola ganhou o nome de E.E. Prof.^a Maria Rita Araújo costa e hoje vem crescendo com o município, busca sua nova identidade como instituição educacional pública, oferecendo a comunidade da Vila São Pedro, mais qualidade no ensino oferecido, aprimorando-se a cada dia, porém, mantendo-se refém das necessidades e anseios da comunidade escolar. Somos hoje, através de projetos que desenvolvemos, uma instituição respeitada pelo prestígio junto à comunidade, mantendo nossas características básicas, buscando através do trabalho docente um lugar de destaque dentro da educação fundamental.

Estamos nos esforçando para sermos uma escola pública de boa qualidade na formação de pré-adolescentes íntegros e para tanto estamos trabalhando com conhecimento básico presos à realidade do local onde estamos inseridos. Esta parceria visa despertar o interesse dos jovens para a educação e principalmente, para o prosseguimento nos estudos. Caminhamos através do nosso esforço conjunto para a eliminação deste fantasma, tornando-se assim uma escola realmente desejada pela qualidade de ensino oferecido e respeitada por sua nova identidade.

Como o município de Hortolândia estamos trabalhando e solucionando nossos problemas e hoje, de cara nova, fazemos uma releitura do sistema educacional adaptando-se a realidade proposta pela L.D.B., agradecemos a DEUS pela jornada de sucesso e reafirmando



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



sempre que, apesar das nossas limitações, inerentes a qualquer obra humana, podemos proclamar que a E.E. Prof.^a Maria Rita Araújo Costa hoje é fruto de um grande gesto de amor.

Capítulo 2

VISÃO, MISSÃO

2.1 - VISÃO

A ESCOLA QUE TEMOS:

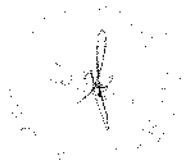
A escola está em construção de sua identidade, visto que foi no ano letivo de dois mil e dez que se iniciou em sua totalidade o Ciclo II do ensino fundamental, deixando de existir o Ciclo I, recebendo então alunos oriundos de outras Unidades Escolares do Município de Hortolândia, constituindo um entrave, pois muitos alunos, além da adequação na série/ano, terão que se adequar as regras da Unidade Escolar.

VISÃO:

Ser uma escola de referência regional pela qualidade da educação oferecida e pelas ações transformadoras da realidade social.

2.2 - MISSÃO

Esta Escola tem por missão garantir o acesso e a permanência de todos, com princípios de igualdade e equidade, oferecendo ensino de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



excelência à comunidade, com condições de aprendizagem significativa, atualizada e eficaz, com vistas à formação integral de sujeitos protagonistas, críticos, competentes, autônomos, éticos e solidários, capazes de agir para transformar a sociedade.

Concepção da função social da escola para consecução do Currículo apontando suas potencialidades e suas fragilidades.

Fragilidades:

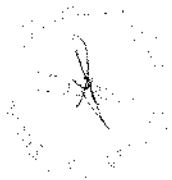
- Participação da família na vida escolar do aluno;
- Comprometimento da família com a escola;
- Comprometimento do aluno com os estudos;
- Comprometimento do professor com seu trabalho;
- Clientela escolar / tráfico de drogas / desinteresse.

Potencialidades:

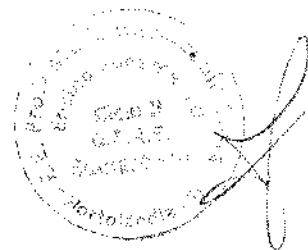
- Grupo coeso / habilitado;
- Material tecnológico;
- Projetos diversificados;
- Criatividade docente;
- Recursos humanos, materiais e financeiros;
- Gestão participativa e democrática.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS – definir as ações prioritárias a serem postas em prática nos próximos quatro anos:

- Participação efetiva da comunidade escolar.
- Trazer de volta a família ao seio das atividades escolares.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



AÇÕES ESTRATÉGICAS:

- Projetos / parcerias que venham acolher os pais que vão de encontro aos anseios da comunidade e despertem também o interesse de sua importância na vida escolar de seus filhos.
- Eventos culturais, excursões e palestras educativas.
- Acolhimento diferenciado para os pais em dias de reunião.

RECURSOS FINANCEIROS:

- ✓ Oriundos de campanhas e doações de professores, alunos e entidade em geral.

Capítulo 3

ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Função Social da Escola

A escola é uma organização cuja função se encontra na necessidade de preparar os indivíduos para o desempenho de papéis sociais: O seu papel é difundir o conhecimento e este é necessário para o bom funcionamento da sociedade como um todo. Reduz a ignorância e, por isso, permite que os indivíduos tenham uma conduta esclarecida. Assegura o ajustamento profissional, pois qualquer profissão requer uma quantidade considerável de conhecimentos. A escola também é o meio social em que alunos e professores interagem na construção do saber. Agir nela é também agir sobre os atores escolares e os elementos simbólicos que a constituem, e isso requer entendimento dos processos que nela ou com ela decorrem e das finalidades que lhe são socialmente cometidas, mudando na medida em que é compelida a mudar pela necessidade da função social que exerce.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

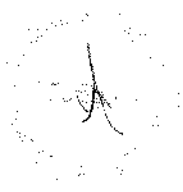
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



O professor é ator decisivo na condução desse processo e é também sua a necessidade de interpretar os fenômenos com o rigor conseguido na reflexão cientificamente fundamentada, buscando alternativas para que o ensino possa desenvolver efetivamente os alunos para a compreensão do mundo em que vivemos e poderem enfrentar os desafios que os afetam, agindo assim, para transformá-lo. Desta forma, ela deve proporcionar a cada indivíduo a socialização dos valores partilhados na comunidade, princípios de significado coletivo que permite a circulação, a troca e a compreensão das informações inerentes e necessárias ao funcionamento do sistema social. Sendo assim, os conteúdos curriculares a serem trabalhados na escola devem favorecer o desenvolvimento de uma visão crítica desses problemas, ou seja, devem ajudar os alunos a assumirem um posicionamento frente a eles como indivíduos e cidadãos críticos. Portanto, os conteúdos que devem ser priorizados devem atender aos objetivos da educação básica tendo em vista as reais necessidades sociais dos nossos alunos, os quais devem apropriar-se de conhecimentos conceituais, procedimentais e atitudinais que os possibilitem saber conhecer, saber fazer e saber ser.

A função social da escola conhecimentos “é ajudar a realizar o processo de construção do conhecimento, cujo ponto de partida sempre é uma visão global, difusa, que funcionará como uma oportunidade do professor contextualizar o ensino, isto é, buscar com o aluno e no aluno os conhecimentos prévios que este tem sobre o tema focado (contextualização/ problematização).”



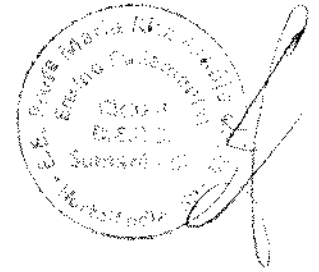
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

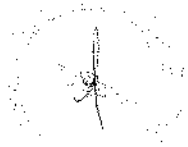
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



ENSINO FUNDAMENTAL – 2018

HORÁRIO	CURSO	ANO	TURMA	QUANTIDADE DE ALUNOS
13:00 às 18:20	E.F.	6º	A	36
13:00 às 18:20	E.F.	6º	B	36
13:00 às 18:20	E.F.	6º	C	36
13:00 às 18:20	E.F.	6º	D	35
13:00 às 18:20	E.F.	7º	A	30
13:00 às 18:20	E.F.	7º	B	30
13:00 às 18:20	E.F.	7º	C	30
13:00 às 18:20	E.F.	7º	D	29
07:00 às 12:20	E.F.	8º	A	34
07:00 às 12:20	E.F.	8º	B	32
07:00 às 12:20	E.F.	8º	C	32
07:00 às 12:20	E.F.	9º	A	32
07:00 às 12:20	E.F.	9º	B	34
07:00 às 12:20	E.F.	9º	C	34
07:00 às 12:20	E.F.	9º	D	33

- ✓ **Concepção dos processos de ensino – aprendizagem trazida pelos pais/responsáveis como bagagem cultural (discussão em colegiados/instituições escolares e em reunião de pais):** Em virtude da baixa escolaridade de uma grande parcela da comunidade, a maioria dos pais quer proporcionar para seus filhos a formação que não tiveram. Outros acreditam que o trabalho deva ser priorizado em detrimento aos



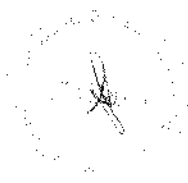
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

estudos com vistas em colaborar com o orçamento familiar. De um modo geral, os pais trazem uma bagagem cultural que se restringe ao conhecimento de vida, ou seja, na maioria das vezes o conhecimento de senso comum, isto é, aquele conhecimento que é transmitido ao longo dos anos de geração em geração.

- ✓ **Expectativa de futuro dos alunos da educação básica (qual o futuro que os alunos imaginam para eles mesmos):** de um modo geral a grande maioria dos alunos acreditam que a escola vai oferecer para eles as informações básicas para progredirem na vida assim como colaborar para uma colocação no mercado de trabalho.
- ✓ **Nas séries/anos de entrada (1º e 2º anos, 6º e 7º anos do E.F.; 1ª série do E.M.):** Infelizmente, por causa do contexto social da comunidade do entorno da unidade de ensino, existem alunos que acreditam que a escola não tem muito a oferecer, e esse fato é observado na falta de comprometimento com os estudos de uma pequena parcela dos nossos educandos.
- ✓ **Nas séries/anos intermediários (8º ano do E.F. e 2ª série do E.M.):** Os alunos dos 8º anos tomam ciência da sua realidade de maneira que alguns se empenham em prosseguir com os estudos enquanto outros desistem de dar continuidade em busca de algo melhor. Em relação aos sonhos que possuíam quando estavam no 6º ano, esses se



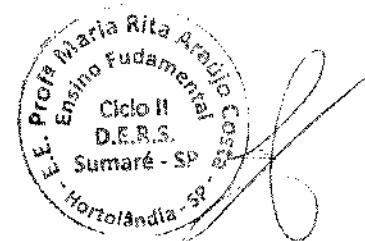
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

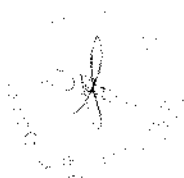
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



alteram conforme o choque da realidade, uma vez que tudo o que ganham (bens materiais) não é fruto de seu próprio esforço, mas sim para suprir a ausência de afeto por parte de seus pais /responsáveis, ou de maneira facilitada (kit escolar, bolsa família, etc.), sem que haja uma cobrança, para fazer com que entendam os verdadeiros valores sociais.

- ✓ **Na série/ano final do(s) ciclo(s) E.F. (5º ano; 9º ano):** os alunos do 9º ano repetem o pensamento dos alunos do 8º ano, mas felizmente todos são incentivados pelos pais e pela escola se inserirem no ensino médio. Uma parcela dos educandos ingressa na ETEC (Escola Técnica) procurando ampliar sua formação com cursos técnicos.
- ✓ **Na série final do E.M. (3ª série E.M.):** A Unidade de Ensino não possui esse segmento educacional.
- ✓ **Concepção dos processos de ensino-aprendizagem trazida pelos alunos como bagagem cultural:** Os alunos do ensino fundamental demonstram imaturidade e falta de consciência sobre a importância dos estudos em suas vidas. Eles não têm muita clareza sobre os processos de ensino-aprendizagem e não relacionam a bagagem cultural que trazem com o ensino formal. Geralmente falta estímulo das famílias e o sistema educacional permite a aprovação sem muitos esforços.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

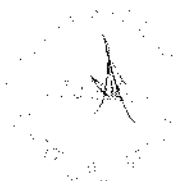
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

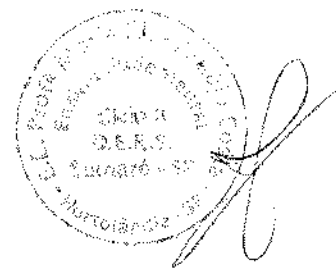


- ✓ **Expectativa dos professores em relação ao papel da escola na construção de cidadãos:** Os professores procuram desenvolver seu trabalho tendo como objetivo formar cidadãos críticos, pensantes, reflexivos e conscientes de seu papel na sociedade, porém muitos dos alunos trazem culturalmente do meio onde se encontram inseridos, uma concepção distorcida dos valores citados acima. Temos consciência de que os baixos salários não são atrativos, somados à falta de materiais didáticos, falta de pessoal de apoio às tarefas dos professores e de equipe multidisciplinar para o acolhimento adequado dos alunos de famílias desestruturadas e vivendo em ambientes vulneráveis, desta forma, o ideal é desenvolver projetos cada vez mais eficazes com profissionais especializados, uma vez que muitos alunos apresentam problemas emocionais/ existenciais que, infelizmente, o corpo docente não tem como atender essa demanda.

- ✓ **Posicionamento dos professores em relação ao seu papel nessa construção:** Os professores, bem como toda comunidade escolar, tem papel fundamental na construção da cidadania dos alunos. Desta forma, é notório que é na escola que se forma um cidadão. Porém, nos sentimos impotentes com o quadro que ora se apresenta, quer seja a clientela ou a falta de políticas públicas eficazes para o desenvolvimento pleno da cidadania.

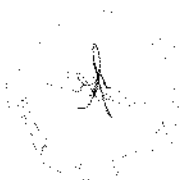


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

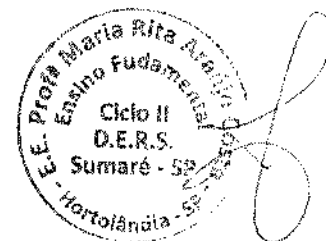


- ✓ **Principais desafios da prática docente:** A indisciplina, a falta de acompanhamento familiar em relação a vida escolar dos filhos, falta de estrutura adequada da unidade de ensino, falta de comprometimento dos educandos, ou seja, os desafios na prática docente têm sido diário e permanente por causa de uma clientela com demandas sociais múltiplas, o que obriga o educador a matar um leão por dia e driblar todas as adversidades no exercício de sua função.

- ✓ **Expectativa da equipe de apoio técnico-administrativo em relação ao papel da escola na construção de cidadãos:** A secretaria da escola é a porta de entrada da comunidade escolar. É o órgão administrativo encarregado da execução de todos os trabalhos concernentes à escrituração, expedição, tramitação, guarda e arquivamento de documentos e correspondências do estabelecimento de ensino, referente à vida escolar dos alunos e a situação funcional dos servidores. Somos responsáveis por planejar, coordenar e executar as ações deste órgão, respondendo por suas atribuições de modo a assegurar o mais perfeito e regular desenvolvimento dos trabalhos administrativos nos prazos estabelecidos. Estamos abertos à mudanças e inovações, inclusive propondo alterações nas rotinas de trabalho que impliquem agilidade, racionalização e eficiência nos serviços. Primamos por uma escola de



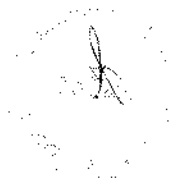
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



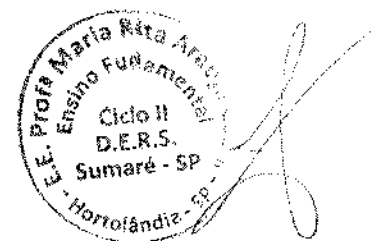
qualidade pautada nos princípios de uma educação voltada à transmissão da informação e do conhecimento de forma ampla e democrática, bem como pelo desenvolvimento contínuo de habilidades que assegurem o aperfeiçoamento pessoal e organizacional, suportes essenciais para o alcance do bem comum.

- ✓ **Expectativa dos diferentes atores escolares em relação aos processos de inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais:** Nós professores e gestores temos expectativas de poder contar com uma equipe multidisciplinar para que haja uma inclusão de alunos com necessidades especiais de fato e de direito. Atualmente ainda é difícil pensar em inclusão como está posta a realidade escolar. Contudo, e dentro das possibilidades, nossa Unidade Escolar promove a inclusão por meio da socialização, do respeito ao próximo, aceitação das diferenças e em relação aos conteúdos, respeitando o ritmo de aprendizado de cada um.

- ✓ **Análise e síntese qualitativa das expectativas dos atores escolares em relação ao papel da escola na construção da cidadania:** A partir da socialização e vivência escolar espera-se que os alunos construam em seus ritmos, a cidadania de modo que possam ser inseridos na sociedade e tenham conhecimento pleno de seus direitos e deveres. No entanto, a escola deveria repensar seu papel na sociedade



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



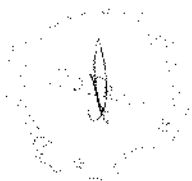
contemporânea que é dinâmica, pragmática e tecnológica. Pensar nas competências múltiplas dos indivíduos, retomar valores essenciais para o crescimento humano e o convívio social tornando assim um indivíduo em cidadão por natureza.

✓ **Concepção de ensino – aprendizagem (processos de ensino e aprendizagem e avaliação dos resultados):**

a) Principais concepções dos professores sobre ensino-aprendizagem, avaliação de aprendizagem e avaliação dos resultados: A concepção dos processos de aprendizagem e avaliação procura contemplar todo e qualquer progresso que o educando conseguir ao longo do ano. Avaliar significa acompanhar a evolução global do aluno. Embora haja problemáticas, buscam-se alternativas variadas para alcançar os objetivos. Sendo assim, o docente avalia o aluno de várias maneiras respeitando as potencialidades e limites de cada educando.

a1) Análise pedagógica que a escola faz e fará dos resultados do IDESP para subsidiar o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem: As análises pedagógicas propostas pela U.E. tem sido pontuais a fim de sanar as dificuldades apontadas pelo IDESP.

a2) Ações desenvolvidas e/ou a desenvolver especialmente nas faixas de aprendizagem consideradas “básico” e “abaixo do básico” no IDESP: A U.E. promove alternativas com o intuito de potencializar no aluno as



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



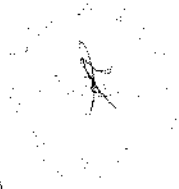
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

competências e habilidades ainda não desenvolvidas por meio de trabalhos, listas de exercícios, orientação pedagógica e avaliações diferenciadas com informações que demandem reflexões profundas que o capacite a adquirir as condições pertinentes ao nível avançado.

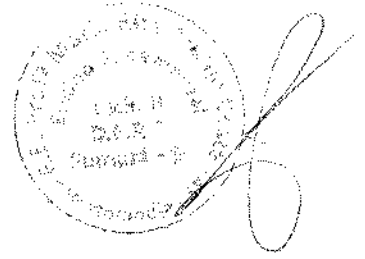
a3) Ações desenvolvidas e/ou a desenvolver para a compreensão de que a avaliação da aprendizagem é formativa, processual e cumulativa: Desenvolver projetos que permitam ao aluno ter compreensão formativa, processual e cumulativa de maneira gradual. As avaliações são documentadas como recuperação contínua e/ou paralela.

a4) Ações desenvolvidas e/ou a desenvolver para integrar os indicadores externos de avaliação (SARESP, IDESP, IDEB, PISA) às decisões e às práticas de ensino-aprendizagem: Propiciar ao aluno simulados bimestrais de acordo com a metodologia das avaliações externas com o intuito de promover sua autonomia na busca por resultados, fazendo com que ele tire suas próprias conclusões de forma eficaz processando assim o seu próprio conhecimento.

a5) Ações desenvolvidas e/ou a desenvolver para promover a inclusão e a aprendizagem de alunos portadores de necessidades educacionais especiais: As ações realizadas buscam a socialização desses indivíduos com necessidades especiais e o acompanhamento de suas atividades na sala de recurso. Procura também detectar as potencialidades desse aluno assim como suas limitações por meio de metodologias aplicadas em conjunto com a família.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
 E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
 ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

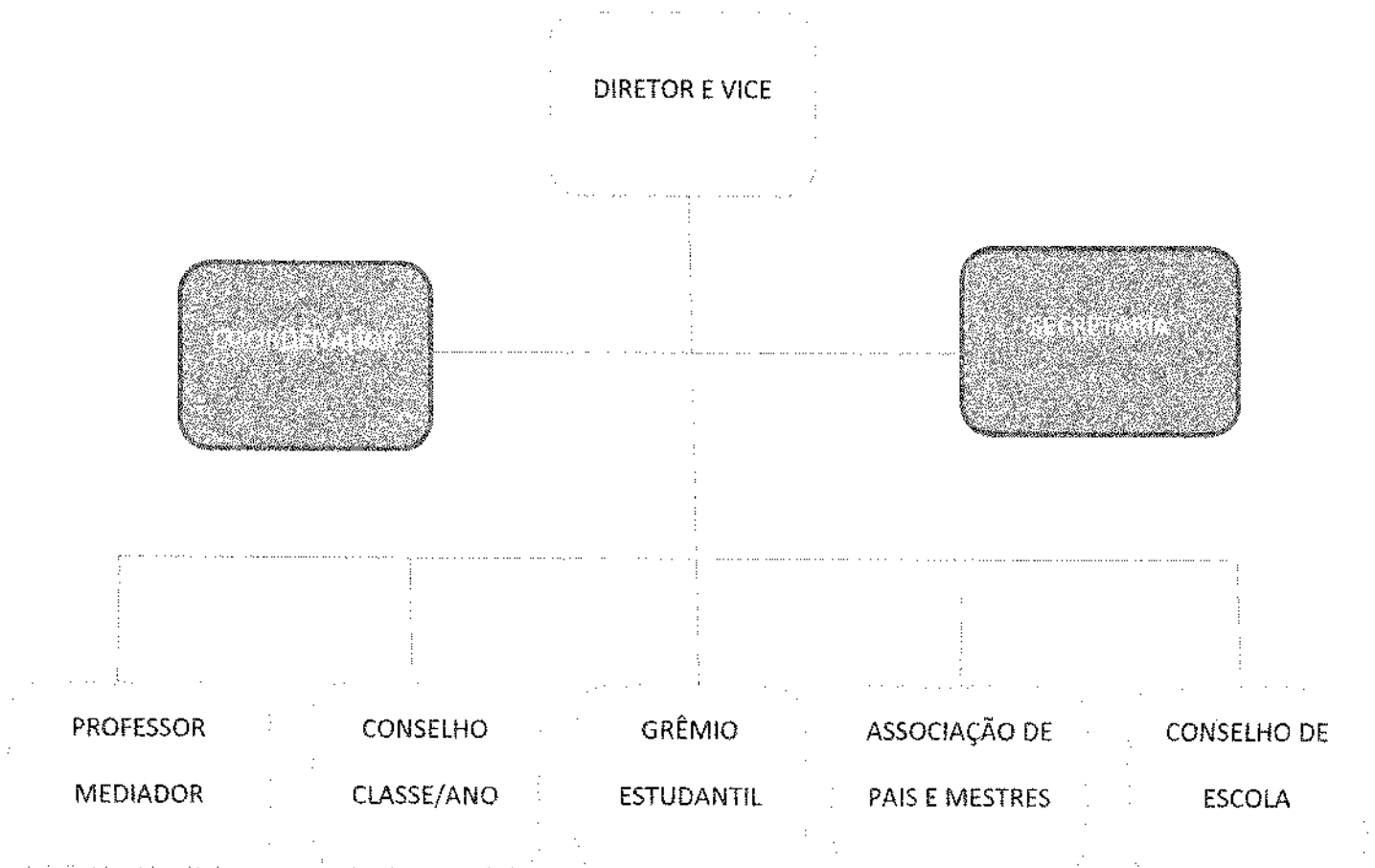


Capítulo 4

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

Organograma – Constituição da Equipe Gestora e Pedagógica

E.E. PROF.ª MARIA RITA ARAÚJO COSTA





GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

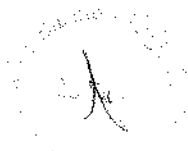


ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

Caracterização:

DIREÇÃO:

- Possibilitar ao educando condições para o desenvolvimento de suas potencialidades, nos diferentes aspectos de sua personalidade e na busca da autorrealização, preparando-os para os desafios do mundo moderno e para a consciência e responsabilidade do mercado de trabalho, com práticas e princípios de cidadania, priorizando também ações participativas e autônomas com criatividade e criticidade.
- No aspecto pedagógico, realizar reuniões, com o objetivo de orientar e acompanhar o trabalho dos professores, dentro da proposta pedagógica; administrar a manutenção constante de equipamentos da escola e reparos no prédio (pintura, reformas em geral) – com recursos da APM e do Estado para o bom desempenho das atividades; comprar material de limpeza necessário à higiene da escola, material de expediente indispensável aos trabalhos diários; dar apoio ao enriquecimento da merenda escolar de maneira que não falte aos alunos e seja nutritiva; propiciar bom relacionamento entre todos através de eventos e confraternizações estimulando a interação entre a comunidade escolar; cumprir rigorosamente horário de entrada, intervalo e saída para que não haja perda de tempo e de conteúdos, cumprindo o calendário escolar, com o objetivo de aumentar a aprendizagem e a qualidade de ensino; manter a ordem e a disciplina dentro da U.E. atendendo a todos e resolvendo da melhor forma possível as situações que nos são apresentadas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



COORDENADOR:

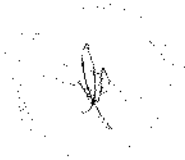
- Acompanhar, observar, ouvir, perceber, auxiliar e apoiar o grupo docente, visando sempre a qualidade de trabalho de cada profissional. Propiciar um ambiente prazeroso e participativo, para assim motivar o trabalho em equipe, de colaboração;
- Colaborar efetivamente com o trabalho pedagógico, elaborando ATPCs de cunho formativo e discussões sobre a prática docente e todos os desafios a serem enfrentados;
- Promover a participação da comunidade no cotidiano da U.E., participando em eventos como voluntários, por exemplo;
- Ajudar o professor a superar os desafios da profissão, olhando cada pessoa como única, valorizar o profissional da educação.

SECRETARIA:

- Nortear as ações propostas demonstrando espírito participativo e solidário, respeitando as diferenças e a capacidade uns dos outros, contribuindo com informações seguras, dando suporte e oferecendo recursos, tornando os espaços educativos produtivos para que neles os funcionários da educação possam construir-se como educadores, calcado numa concepção democrática desenvolvendo a cidadania, enfatizando a dimensão humana e social de aprendizagem.

ASSOCIAÇÃO DE PAIS E MESTRES

- Colaborar com a direção da escola para atingir os objetivos educacionais pretendidos pela escola;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

- Representar as aspirações da comunidade e dos pais de alunos na escola;
 - Mobilizar os recursos humanos materiais e financeiros da comunidade, para a escola, promovendo condições que permitam:
 - a) Contribuir para a melhoria contínua do ensino;
 - b) Desenvolver atividades de assistência escolar nas áreas socioeconômica e de saúde;
 - c) Contribuir para a conservação e manutenção do prédio, dos equipamentos e das instalações;
 - d) Programar atividades culturais e de lazer que envolva a participação conjunta dos pais, professores e alunos;
 - Colaborar na programação do uso do prédio da escola pela comunidade, inclusive nos períodos ocioso, ampliando-se o conceito de escola como o lugar exclusivo de ensino para ser um centro de atividades comunitárias;
 - Favorecer o entrosamento entre pais e professores possibilitando:
 - a) Aos pais, informações relativas tanto aos objetivos educacionais, métodos e processos de ensino, quanto ao aproveitamento escolar de seus filhos;
- Aos professores, maior visão das condições ambientais dos alunos e de sua vida no lar.



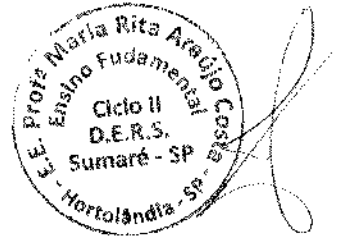
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

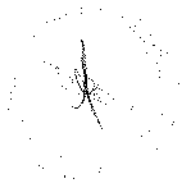


CONSELHO DE ESCOLA

- Realizar a gestão escolar numa perspectiva democrática, contemplando o coletivo, de acordo com as propostas educacionais contidas no Projeto Político-Pedagógico da escola;
- Promover o exercício da cidadania no interior da escola, articulando a integração e a participação ao dos diversos segmentos da comunidade escolar na construção de uma escola pública de qualidade, laica, gratuita e universal;
- Estabelecer políticas e diretrizes norteadoras da organização do trabalho pedagógico na escola, a partir dos interesses e expectativas histórico-sociais, em consonância com a legislação vigente;
- Acompanhar e avaliar o trabalho pedagógico desenvolvido pela comunidade escolar, realizando as intervenções necessárias, tendo como pressuposto o Projeto Político- Pedagógico da escola;
- Garantir o cumprimento da função social e da especificidade do trabalho pedagógico da escola, de modo que a organização das atividades educativas escolares esteja pautada nos princípios da gestão democrática.

PROF. MEDIADOR

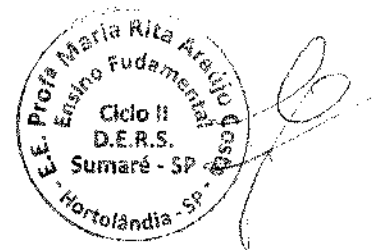
- Atuar no ambiente escolar, dentro da sala e demais dependências da escola, e também nos passeios extras (fora da escola) que ocorrem dentro do horário da mediação;
- Ser assíduo e pontual, respeitando os horários, as regras e normas da instituição escolar onde faz a mediação;



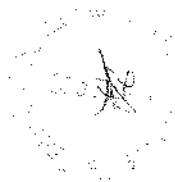
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



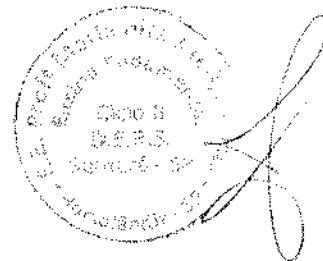
- Ser discreto e profissional evitando envolver-se em assuntos que não dizem respeito ao trabalho de mediação.
- Lembrar que o que ocorre no ambiente escolar deve ser compartilhado e discutido apenas com os profissionais envolvidos, equipe pedagógica e terapeutas responsáveis pela orientação;
- Solicitar apoio e supervisão da equipe responsável sempre que sentir necessidade, evitando passar problemas e dificuldades pertinentes à mediação aos responsáveis;
- Avisar com antecedência, sempre que possível, caso precise faltar para que a equipe terapêutica possa decidir junto à escola e aos responsáveis qual o procedimento indicado;
- Vestir-se adequadamente, utilizando sempre roupas que possibilitem uma fácil movimentação; evitar usar saias, shorts, blusas decotadas, sandálias, sapatos com salto, relógio, anéis, brincos grandes, colares, pulseiras e unhas grandes que possam vir a machucar a criança;
- Estabelecer um contato diário com o responsável (família), caso necessário utilizar uma agenda ou um caderno "leva e traz", para que ambos possam trocar informações sobre o dia a dia da criança;
- Entregar os registros semanais e mensais pontualmente, participando das supervisões, grupos de estudo e treinamentos com as terapeutas responsáveis;
- Conversar com o professor explicando, sempre que necessária, as porquês dos procedimentos e intervenções realizados no ambiente escolar;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

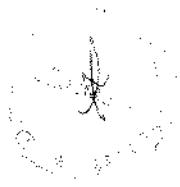
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



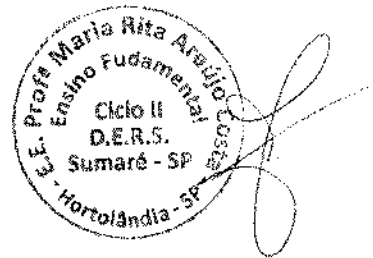
- Entrar em contato com os terapeutas responsáveis caso perceba a necessidade de uma reunião extra com o professor ou equipe pedagógica;
- Manter sempre a atenção da criança voltada para as ordens e informações dadas pelo professor;
- Orientar o grupo de colegas da sala a não valorizar ou mesmo ignorar as estereotípias e outros comportamentos inadequados;
- Atuar no momento da entrada ou saída escolar, direcionando a criança ao grupo e ensinando-a como se comportar naquele momento, estimulando o cumprimento da rotina e das ordens dadas pelo professor;
- Durante o recreio mediar a relação da criança com os seus colegas nas brincadeiras e situações sociais;
- Dirigir-se com a criança ao banheiro, caso haja necessidade, auxiliando-a em seus hábitos de higiene promovendo assim maior independência e autonomia. Caso exista na escola um profissional específico para auxiliar os alunos nesse momento, o mediador estará apenas perto, intervindo caso ocorra um conflito ou dificuldade entre eles;
- Manter-se sempre junto ao grupo e ao professor de sala, cumprindo, dentro do possível, toda a rotina e as atividades pedagógicas;
- Atuar em parceria com o professor dentro de sala de aula.

GREMIO:

- Contribuir para aumentar a participação dos alunos nas atividades de sua instituição de ensino, organizando campeonatos, palestras, projetos e



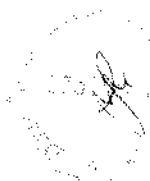
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



discussões, fazendo com que eles tenham voz ativa e participem junto com pais, funcionários, professores, coordenadores e diretores - da programação e da construção das regras e normas, dentro da instituição de ensino. Tem também a função de expor as ideias e opiniões dos alunos dentro da administração da instituição de ensino, Bem como o potencial de integrar mais os alunos entre si, com toda a escola e com a comunidade.

CONSELHO DE CLASSE/ ANO:

- Oportunizar reflexões sobre a dinâmica educativa;
- Refletir e avaliar o desenvolvimento do plano de ensino atual e replanejar as ações, procurando ressignificar algumas práticas para tomar decisões significativas ao aprendizado dos alunos;
- Suscitar ações para a realização da intervenção pedagógica de forma significativa pelo aprimoramento do processo de ensino-aprendizagem, tendo como referência o CICLO TRIMESTRAL DA ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DO PEDAGOGO;
- Estabelecer estratégias para a realização da recuperação;
- Oportunizar um momento de avaliação das turmas (como grupos) e dos alunos (como indivíduos);
- Possibilitar a reflexão dos professores que, como agentes do processo educativo, analisam a sua prática, seu desempenho e os resultados obtidos, efetivando, assim, a avaliação global deste processo;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



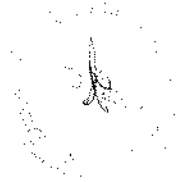
- Constituir também uma oportunidade de integração curricular através de atividades integradoras que possibilitam articular o conhecimento numa perspectiva de área;
- Encontrar com seus pares para analisar dificuldades encontradas e propor alternativas e/ou procedimentos adequados com vistas a minimizar a disparidade entre os resultados de rendimentos.

4.1 HORÁRIOS DE FUNCIONAMENTO DA ESCOLA /2018

1º PERÍODO: DAS 07:00 às 12:20 HORAS

2º PERÍODO: DAS 13:00 às 18:20 HORAS

4.2 HORÁRIOS DE TRABALHO DA GESTÃO



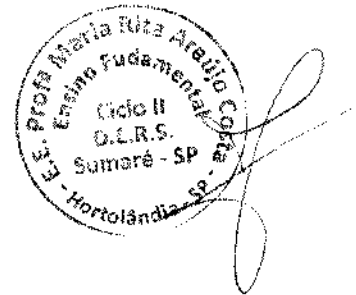
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

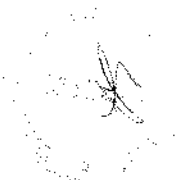


Diretor: MARIA APARECIDA VAZ DE GOIS, RG.23.713.778-1

DIAS DA SEMANA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2ª FEIRA	09h20min	12h00	13h00	18h20min
3ª FEIRA	06h50min	12h00	13h00	15h50min
4ª FEIRA	09h20min	12h00	13h00	18h20min
5ª FEIRA	06h50min	12h00	13h00	15h50min
6ª FEIRA	06h50min	12h00	13h00	15h50min

Vice-Diretor: FABIO FALCIROLI

DIAS DA SEMANA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2ª FEIRA	06h50min	13h00	14h00	15h50min
3ª FEIRA	09h20min	13h00	14h00	18h20min
4ª FEIRA	06h50min	13h00	14h00	15h50min
5ª FEIRA	09h20min	13h00	14h00	18h20min
6ª FEIRA	09h20min	13h00	14h00	18h20min



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

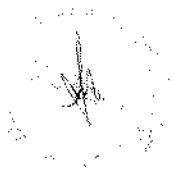


Professor Coordenador: RENATA SIMONE GRASSI ANSELMO, RG 22.581.996-X

DIAS DA SEMANA	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
2ª FEIRA	09h45min	11h00	12h00	18h45min
3ª FEIRA	09h45min	11h00	12h00	18h45min
4ª FEIRA	09h45min	11h00	12h00	18h45min
5ª FEIRA	09h45min	11h00	12h00	18h45min
6ª FEIRA	09h45min	11h00	12h00	18h45min

4.3 HORÁRIOS DE TRABALHO DOS FUNCIONÁRIOS - 2018

NOME	R.G.	ENTRADA	SAÍDA	ENTRADA	SAÍDA
SIMONE MARQUES DOS SANTOS	22.232.554-9	07h00	12h00	13h00	16h00
CLEONICE APARECIDA INOCENTE NUNES	32.372.004-3	08h00	12h00	13h00	17h00
APARECIDA CÉLIA CONCEIÇÃO DA SILVA	11.971.335-4	08h00	11h00	12h00	17h00
TATIANA CODREANSKI FOCHI	28.355.606-7	06h50min	10h00	13h30min	18h20min
ANA LUIZA JONAS SANTANA	43.883.691-1	09h20min	13h30min	14h30min	18h20min



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Professores responsáveis pelo período na ausência do Diretor.

Manhã:

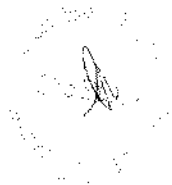
Luís Cesar Fontolan, RG 20.911.574-9

Cristiana Aparecida Gimenes Vasconcelos, RG 58.757.775-7

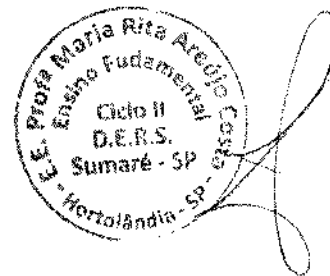
Tarde:

Ana Maria Ferraz De Campos Empke, RG.25.837.380-5

Sandra Ferreira, RG 30.102.503-4



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Capítulo 5

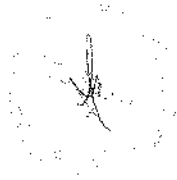
ESTRUTURA FÍSICA

O espaço físico da escola não atende as expectativas e demanda escolar. A escola foi construída em terreno acidentado e irregular, dificultando sua ampliação, e para que toda comunidade seja atendida possui espaços como a sala da lousa digital (que também é utilizada como sala de vídeo e utilizada para ATPCs). A sala de recursos precisou ser dividida com divisória para acomodar também a mediação e a coordenação.

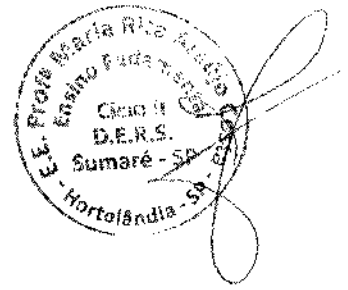
Os banheiros tanto de funcionários, como os dos alunos principalmente, são insuficientes gerando filas, nos horários de intervalos. A escola não dispõe de laboratório de ciências.

Estrutura do Prédio

A construção do prédio é de alvenaria em dois pavimentos e um ampliado externo. No pavimento inferior funcionam as salas de administração (diretoria), secretaria, sala de recursos subdividida em coordenação e mediação e uma sala do Programa ACESSA Escola, sala dos professores e banheiros para funcionários. No pavimento superior e nas áreas externa ampliada funcionam as salas de aula. No pátio, parcialmente coberto temos 10 mesas com 20 bancos e os banheiro dos alunos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



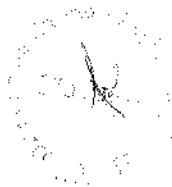
O prédio tem seus problemas. No pavimento superior os elementos vazados do corredor não protegem das chuvas, tornando no verão as salas quentes demais e no inverno, além de fria, escuras. As salas do pavimento inferior destinadas a administração não oferecem privacidade para o bom andamento dos trabalhos e seu pátio não comporta o fluxo de alunos durante a concentração dos alunos que se dá na entrada e intervalos (na distribuição de merenda se formam enorme filas), ficando o pátio intransitável.

A escola possui ainda uma quadra poliesportiva coberta.

Capítulo 6

JUSTIFICATIVA

O Projeto Político-Pedagógico (PPP) é um instrumento teórico-metodológico que tem por finalidade subsidiar as ações, de forma sistematizada, pautado em princípios legais, filosóficos e pedagógicos. Este projeto detalha os caminhos a serem seguidos pelo grupo de trabalho e comunidade escolar durante, e para desempenho, das ações projetadas pela escola. Segundo (VEIGA, 1995) “O Projeto Político Pedagógico é um conjunto de diretrizes políticas, administrativas e técnicas que norteiam a prática pedagógica da comunidade escolar como um todo.” Portanto, entendemos este documento como um todo. Nele está posto, que o educando é o “sujeito” da construção do conhecimento, e que os demais segmentos da escola são os facilitadores e gerenciadores deste processo ensino aprendizagem.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Este projeto é elaborado pelo coletivo da escola, no cumprimento do disposto na LDB, Lei 9394/96, que estabelece:

Artigo 12 – Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I – elaborar e executar sua proposta pedagógica;

Artigo 13 – Os docentes incumbir-se-ão de:

I – participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

Artigo 14 – os sistemas de ensino definirão as normas de gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

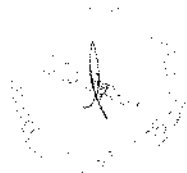
I – participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II – participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes.

E da Deliberação nº 14/99, indicação 004/99 e demais instrumentos formadores da lei.

A LDB abriu caminhos para que se instaurasse um amplo processo de discussão e debates para chegar a um resultado que defina as ações educativas para que a escola cumpra a sua intenção.

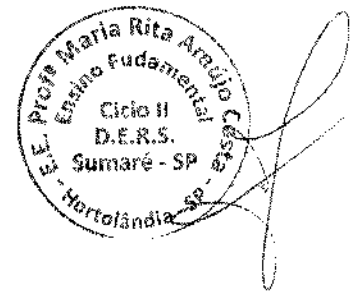
Estas ações e direcionamentos compõe o PPP, que é o resultado do esforço de todos os envolvidos da comunidade escolar (professores, funcionários, equipe gestora e pedagógica e instâncias colegiadas). O projeto é um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



compromisso coletivo, que a comunidade escolar assume, perante a família e a sociedade, determinando que sujeito/cidadão queremos formar.

A elaboração deste projeto dá-se, então, pela necessidade da organização sistemática das ações pedagógicas, administrativas, da definição de funções e responsabilidades, explicitando caminhos e metas a serem cumpridas por esta comunidade escolar.

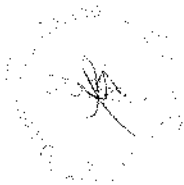
A elaboração do Projeto Político Pedagógico também se justifica pela necessidade de identificar junto a comunidade escolar as fragilidades e potencialidades da Escola Estadual Prof.^a Maria Rita Araújo Costa, de modo a definir ações e estratégias para a práxis educativa, refletindo a função social da escola pública, garantindo uma educação pública de qualidade e que contribua para a melhoria da escolarização da população atendida.

Nesse sentido, o Projeto Político Pedagógico desta Escola segue Pedagogia Histórico-Crítica:

[...] por apresentar uma prática pedagógica que propõe uma interação entre conteúdo e a realidade concreta, visando a transformação da sociedade através da ação-compreensão-ação do aluno, que enfoca nos conteúdos, como produção histórico-social de todos os homens [...]. (IBIPORÃ, 2009)

Entendendo o ser humano como ser histórico e social, buscando garantir o acesso, a permanência e a apropriação dos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

Nessa perspectiva, este Projeto Político Pedagógico se constitui numa iniciativa e compromisso com a educação para emancipação do sujeito, por



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

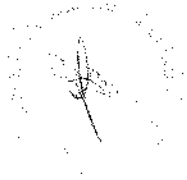


meio da garantia do cumprimento de sua função social: socializar os conhecimentos artísticos, filosóficos e científicos. Busca-se não perder a criticidade, diante das diretrizes filosóficas, políticas e pedagógicas voltadas à educação escolar de qualidade e pretende-se que seja concretizado por meio da ação coletiva dos segmentos da comunidade intra e extraescolar.

Espera-se que as intencionalidades desse Projeto Político Pedagógico possibilitem um novo repensar e contribuam para a prática pedagógica da perspectiva adotada.

6.1 Dados Estatísticos

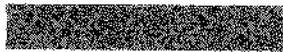
O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) foi criado em 2007 para medir a qualidade de cada escola e de cada rede de ensino. O indicador é calculado com base no desempenho do estudante em avaliações do Inep (Prova Brasil) e em taxas de aprovação. Assim, para que o IDEB de uma escola cresça é preciso que o aluno aprenda, não repita o ano. O índice é medido a cada dois anos e o objetivo é que o país, a partir do alcance das metas municipais e estaduais, tenha nota 6,0 em 2022 – correspondente à qualidade do ensino em países desenvolvidos. Segundo dado do Censo Escolar, Prova Brasil e Saeb, os números concretos sobre nossa realidade escolar podem ser analisados nos quadros a seguir:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
 SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
 DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
 E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
 ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



IDEB observado Metas Projetadas

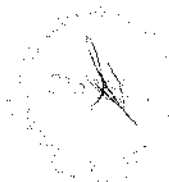


Escola *	2011 †	2013 †	2015 †	2013 †	2015 †	2017 †	2019 †
MARIA RITA ARAUJO COSTA PROFESSORA	5.0	4.5	4.9	5.2	5.5	5.7	5.9

É possível observar através dos dados fornecidos que a escola não atingiu as metas projetadas pelo IDEB até o ano de 2017.

Outro indicador da qualidade do ensino é o IDESP – Índice de Desenvolvimento da Educação do Estado de São Paulo, que avalia a qualidade das escolas estaduais paulistas em cada ciclo escolar e permite fixar metas anuais para o aprimoramento da qualidade da educação no Estado. O IDESP e as metas fixadas norteiam o trabalho da equipe da escola na direção desta melhoria do ensino e da gestão escolar, com o apoio da Secretaria de Estado da Educação.

IDESP 2017- DISTRIBUIÇÃO POR NÍVEIS DE DESEMPENHO



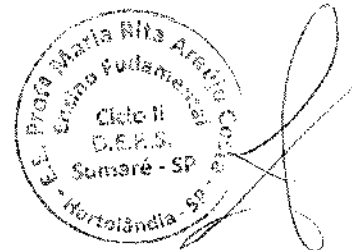
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



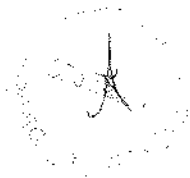
		ABAIXO BÁSICO	BÁSICO	ADEQUADO	AVANÇADO
9º ANO EF	LÍNGUA PORTUGUESA	0,1894	0,5682	0,2121	0,0303
	MATEMÁTICA	0,2171	0,6822	0,0930	0,0078

IDESP 2017 – INDICADORES DA ESCOLA

	INDICADORES DE DESEMPENHO		INDICADOR DE DESEMPENHO	INDICADOR DE FLUXO	IDESP 2017
	LINGUA PORTUGUESA	MATEMÁTICA			
9º ANO EF	3,611	2,971	3,29	0,9937	3,27

IDESP 2017 – REDE ESTADUAL

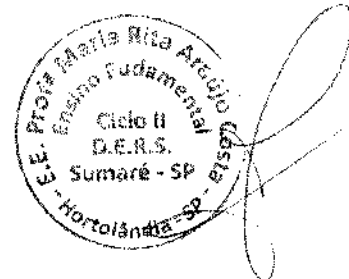
	5º ANO EF	9º ANO EF
ESCOLA		3,27
DIRETORIA	5,39	3,29
ESTADO	5,33	3,21



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



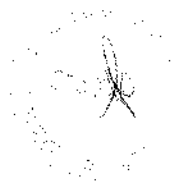
EVOLUÇÃO E CUMPRIMENTO DAS METAS DE 2017, POR CICLO ESCOLAR:

	IDESP 2016	IDESP 2017	METAS 2017	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO
9º ANO EF	3,43	3,27	3,62	0,00

MÁXIMO ENTRE ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DA META 2017 E ADICIONAL POR QUALIDADE 2017, POR CICLO ESCOLAR:

	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO (IC)	ADICIONAL POR QUALIDADE	MÁXIMO (IC, IQ)
9º ANO EF	0,00	2,15	2,15

ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE METAS DE 2017 DA ESCOLA



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



	NÚMERO DE ALUNOS	PROPORÇÃO DE ALUNOS AVALIADOS (%)	ÍNDICE DE CUMPRIMENTO DE MATAS ESCOLARES
9ºANO EF	131	100%	3,15
TOTAL	131	100%	

IDESP 2017 – REDE ESTADUAL

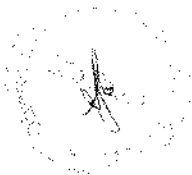
	5º ANO EF	9º ANO EF
ESCOLA		3,27
DIRETORIA	5,39	3,29
ESTADO	5,33	3,21

6.2 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS FACILITADORES PARA OBTENÇÃO DE RESULTADOS NA SÉRIE HISTÓRICA NO IDESP

A ação do professor coordenador constitui uma importante ferramenta para melhores resultados no IDESP no que diz respeito ao acompanhamento e suporte ao trabalho do docente, através das formações em ATPC, favorecendo o trabalho colaborativo entre os pares.

Outro facilitador está na forma de se avaliar mediante a matriz de referenciado SARESP que vai além da verificação exclusiva da aquisição de conteúdo.

O trabalho efetivo do Currículo Oficial do Estado de São Paulo também se transforma em outro facilitador, além de ser uma ferramenta de suma importância, à medida que são aplicados simulados bimestrais e os dados destes analisados com muito afinco.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

6.3 DESCRIÇÃO E ANÁLISE DOS PRINCIPAIS DIFICULTADORES NA OBTENÇÃO DE RESULTADOS NA SÉRIE HISTÓRICA NO IDESP

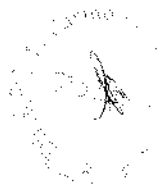
Os dificultadores na obtenção de resultados melhores podem dividir-se em duas esferas: interna e externa.

Internamente tem-se a falta de compromisso dos alunos com as avaliações externas, não contribuindo com a melhora dos resultados e prestígio da escola. Há também a falta de participação espontânea dos alunos com dificuldades de aprendizagem em programas de reforço escolar e alta rotatividade de professores, bem como o número excessivo de ausências destes.

Já no meio externo pode-se citar:

- Desigualdade social e econômica;
- Desmotivação pela própria questão social;
- Atestados médicos (faltas justificadas, mas que interferem no desenvolvimento da aprendizagem);
- Desinteresse pela aprendizagem e conhecimento.;
- Falta de pré-requisitos básicos para a etapa em estudo;
- Famílias desestruturadas;
- Falta de perspectiva de vida por parte dos alunos;
- Baixo nível de escolaridade e analfabetismo familiar;

Ainda no meio externo pode-se citar a dificuldade de se manter contato permanente com pais de alunos ou seus responsáveis para melhores informações e orientações sobre o desenvolvimento das competências e habilidades de cada educando e a motivação intrínseca do professor na sua qualificação profissional.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

6.4 DESCRIÇÕES DAS AÇÕES EM CURSO NA ESCOLA

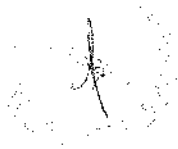
No contexto de uma escola em que o conhecimento se constrói de forma condizente com a necessidade dos alunos e de forma dinâmica, as práticas pedagógicas devem contemplar ações importantíssimas, as quais serão descritas a seguir, de acordo com as questões propostas e com os objetivos estabelecidos:

a) É de suma importância que o professor desenvolva questionamentos que contribuam para as reflexões sobre os conteúdos a serem trabalhados no decorrer das aulas, a fim de que o estudo alcance uma dimensão mais significativa, uma vez que amplia as discussões, aproveitando-se a fala do professor, e, principalmente, as argumentações dos alunos, valorizando-se, também, os conhecimentos prévios e as diferenças culturais dos alunos.

Os conteúdos devem ser trabalhados através de situações de aprendizagem que façam sentido e que estejam integrados ao cotidiano e ao interesse dos alunos.

b) Uso do “Plano Semanal de Aulas”, elaborado durante as ATPCs, como instrumento facilitador do trabalho do professor e do acompanhamento pela equipe gestora, através do qual é possível:

- selecionar os inúmeros recursos didático-pedagógicos a serem utilizados: “Cadernos do Professor e do Aluno”, livros didáticos e paradidáticos, DVDs de filmes e documentários, data-show, material de laboratório, revistas, jornais, obras de arte, atividades lúdicas, o Guia do Estudante (material de apoio curricular para as 3ª séries), sites indicados para pesquisa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

- organizar ambientes, pois, além dos recursos pedagógicos, os professores e os alunos poderão usufruir de todos os ambientes que possibilitem a dinâmica das aulas, para a contextualização dos conteúdos, facilitando a aprendizagem: sala de aula, laboratório de ciências, sala de vídeo, sala de informática (na medida do possível), biblioteca, quadra esportiva, pátio (tetro, dança), jardim, e até mesmo, o entorno da escola.

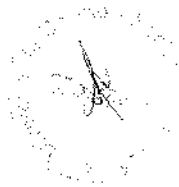
c) Aliados à eficácia do trabalho do professor, devem estar os investimentos pedagógicos do coordenador e dos demais gestores, compartilhando esforços, acompanhando o desenvolvimento das atividades, da seguinte forma:

– colocar o aluno em contato com avaliações diagnósticas já no início do ano, elaboradas pela equipe de professores por ocasião do planejamento, para se detectar as dificuldades básicas, e a partir delas, criar condições de iniciar as aulas com atividades e conteúdos adequados;

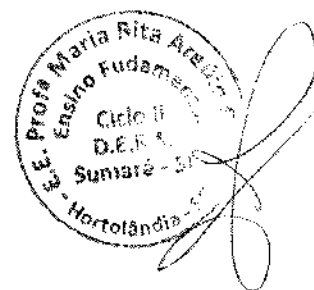
- elaborar outras avaliações deste tipo a serem aplicadas durante e no final de vários períodos do processo de aprendizagem, visando, sempre ao redirecionamento do trabalho;

- elaborar questões que utilizem as diferentes linguagens: textos escritos, figura, legendas, mapas, charges, infográficos, gráficos e que exijam o raciocínio lógico-matemático, para que os alunos construam significados, relacionando as questões propostas com as leituras que fazem do mundo ao seu redor;

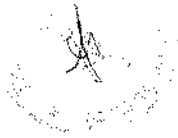
- formular questões que contemplem as habilidades necessárias aos alunos e, em seguida, analisar os resultados para se observar quais habilidades já foram apropriadas por eles e as que precisam ser desenvolvidas, de acordo com o Currículo e a Proposta Pedagógica;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



- realizar as correções, para que, através dos erros, os alunos possam reconsiderar os caminhos percorridos e compreenderem o que fazer para chegarem às aprendizagens, garantindo, também os momentos de recuperação contínua, para que os alunos não prossigam com lacunas;
 - envolver os alunos em outros instrumentos de avaliação, adequando-os aos conteúdos trabalhados e aos seus objetivos: seminários com apresentações orais e escritas, pesquisas, tarefas de casas, e outros instrumentos que correspondam às particularidades de cada disciplina;
 - envolver os pais no sentido de acompanhar os estudos, as atividades diárias, estarem presentes nas reuniões, nos eventos e em outros momentos da vida escolar dos filhos;
 - refletir sobre os resultados de todos os instrumentos avaliativos, reconduzindo o trabalho, na busca de melhores resultados nas avaliações internas, nas externas (SARESP, ENEM), e nas práticas em qualquer momento da vida dos alunos fora da escola.
- d) Transformar as práticas pedagógicas para que a educação matemática seja realizada de forma diferente e atrativa, como:
- problematizar situações da realidade social dos alunos;
 - utilizar diferentes recursos didáticos, utilizando um problema - desafio, um jogo e outras atividades que dinamizem as aulas;
 - desenvolver as habilidades necessárias para a disciplina, para que os alunos prossigam sem defasagens ou sem os requisitos básicos para o avanço nos estudos, mostrando que a matemática está nas atividades diárias das pessoas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

e) Trabalhar as situações de aprendizagens desenvolvendo a competência leitora e escritora em todas as disciplinas, pois são a base para qualquer estudo.

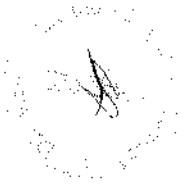
- envolver os alunos em atividades diárias de leitura e escrita (caderno do aluno, livros didáticos, revistas, jornais, sites, e outros);
- leitura de livros paradidáticos (Projeto quebra-cabeça e outros) e posterior trabalho de sala de aula: roteiros, prova escrita, apresentação de slides, encenações de trechos das obras;
- trabalho de leitura e interpretação dos diversos gêneros textuais.
- produção de diversos gêneros textuais.

f) Oferecer aulas de Reforço e Recuperação Paralela para que os alunos avancem na aprendizagem e possam evoluir no ritmo das aulas regulares. Tais momentos devem se desenvolver no sentido de:

- trabalhar com material elaborado pelo professor, de acordo com as necessidades dos alunos;
- utilizar material enviado pela Diretoria de Ensino e pela SEE;
- registrar as habilidades adquiridas, buscando o desenvolvimento das necessidades essenciais para o a evolução do aluno.

g) Toda escola que desenvolve um trabalho pedagógico voltado para a concepção de conhecimento como uma rede de relações, dinamiza os conhecimentos presentes nos campos disciplinares tradicionais, integrando-os às temáticas sociais que fazem parte do cotidiano e do interesse dos alunos, ressaltando em suas ações:

- propor o tema transversal, estabelecer os objetivos, as metas, o planejamento pedagógico (articulação dos conteúdos das diferentes disciplinas) e proporcionar levantamento de questões pelos alunos;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

- seleção de todos os recursos didáticos pedagógicos a serem utilizados no projeto;

- após a proposição do tema, do levantamento das questões, da articulação dos conteúdos, realiza-se o projeto conectando-se os conteúdos disciplinares, o que forma uma rede de relações ao longo do projeto;

h) Quanto ao atendimento dos alunos portadores de necessidades especiais:

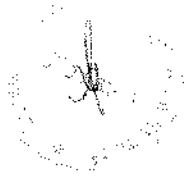
- a escola fez as adaptações físicas necessárias, assim como são realizadas as atividades curriculares de maneira a atender as necessidades desses alunos.

i) Para o fortalecimento do vínculo dos alunos com problema de frequência com a escola é preciso:

- valorizar a atuação desses alunos na escola;
- sensibilizá-los a respeito da importância de se estar na escola todos os dias para que possam obter a real aprendizagem;
- comunicado aos pais;
- dar novas oportunidades de aprendizagens e avaliações;

j) Realização da formação continuada dos professores, durante as ATPCs, como uma das atribuições essenciais do Coordenador – Pedagógico, visando ao estudo e ao aprofundamento dos conhecimentos docentes nos mais variados temas para o exercício da sua atividade profissional.

Além da formação continuada nas ATPCs, os professores também realizam curso on-line oferecidos pela SEE e presenciais, na Diretoria de Ensino.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Capítulo 7

OBJETIVOS E METAS

7.1 – OBJETIVOS

Garantir ao educando situações de construção do conhecimento promovendo o seu crescimento pessoal, social de forma consciente, solidária, responsável, participativa e crítica, visando a sua integração e atuação no meio sociocultural.

7.1.1 - Objetivos institucionais

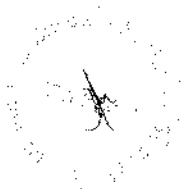
A Escola Prof.^a Maria Rita Araújo Costa tem como objetivo seguir a LDB 9394/96, que expressa em seus artigos:

Art. 1º A educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 2º A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadã.

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

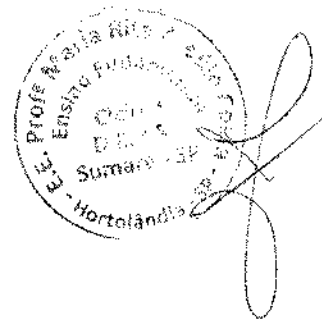
I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

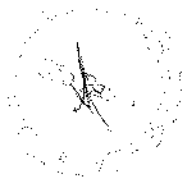
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



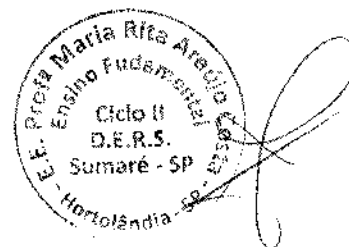
- II - liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV - respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V - coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI - gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII - valorização do profissional da educação escolar;
- VIII - gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX - garantia de padrão de qualidade;
- X - valorização da experiência extraescolar;
- XI - vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.
- XII - consideração com a diversidade étnico-racial
- XIII - garantia do direito à educação e à aprendizagem ao longo da vida.

GESTAO DEMOCRATICA

A Escola Maria Rita Araújo Costa, no que tange a gestão, assenta seu processo educativo nos princípios do respeito ao outro e apreço a liberdade. Ser ético é ser capaz de exercer a gestão de forma democrática, como princípio que abrange as dimensões pedagógica, administrativa e financeira. A gestão democrática aqui proposta implica no poder compartilhado e na participação efetiva do coletivo como compromisso



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

que supera o individualismo e tem na partilha, seu referencial maior. É dessa forma que a Escola Maria Rita desenvolve o seu trabalho, com ética e democracia.

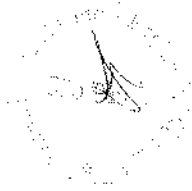
A gestão tem sido foco de longas e profundas discussões no campo educacional, superando seu aspecto meramente administrativo, outrora reinante, para, em seu lugar, dar ênfase as questões de convívio humano e organização coletiva como forma de valorizar a vida, reconhecendo o valor, a energia e as potencialidades de todos os envolvidos. Tal perspectiva denota o cunho participativo necessário a uma gestão atual, integrada as reais necessidades e aos anseios de sua comunidade.

Por isso, na Escola Maria Rita, a democracia caracteriza-se por uma postura aberta e de argumentação receptiva, o que significa constituir formas de participação em que todos possam compartilhar as decisões a medida que os envolvidos constroem consensos. Nesse sentido, para dar suporte e condições reais de participação a todos os atores da Escola e na mais variada amplitude, a instituição conta com órgãos e colegiados que, em sua forma e dinâmica, contribuem para consolidar a gestão democrática na Escola. São eles: Conselho de escola e Conselho de Classe.

7.1.2 - Objetivos Educacionais

A Escola tem por objetivo:

Além das finalidades e objetivos fixados para a escola, cada etapa da educação básica possui objetivos que lhes são próprios. O ensino fundamental em funcionamento em nossa escola estabelece-se em objetivos voltados para a formação e informação de alunos a partir de 10 anos.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Os adolescentes durante o período do ensino fundamental II estão na fase da compreensão do mundo, por isso, uma educação de qualidade com foco na formação ética e intelectual faz toda a diferença para o futuro do aluno, buscando desenvolver:

I- O desenvolvimento da capacidade e aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo.

II- A compreensão do ambiente natural e social do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade.

III- O desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação de atitudes e valores.

IV- Proporcionar a formação continuada de gestores, coordenadores e professores;

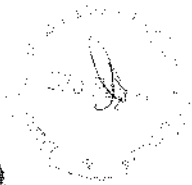
V - Implementar projetos educativos e sociais;

VI- Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos.

VII- Estabelecer parcerias com redes de atendimento;

VIII- Otimizar e organizar o tempo e o espaço escolar, contemplando a integralização do ambiente enquanto espaço educativo.

Cabe aos professores propiciar questões, atividades, etc. Em que os agentes do processo ensino-aprendizagem possam: dialogar, duvidar, discutir, questionar, compartilhar informações, e que haja espaço para as transformações, para as diferenças, para o erro, para as contradições para a colaboração mútua e para a criatividade.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



7.2 – METAS

Metas estabelecidas no Plano Estadual de Educação:

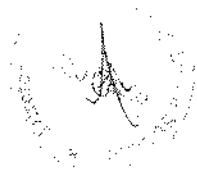
Meta 2 – Garantir acesso e permanência no Ensino Fundamental de 9 (nove) anos para toda a população, a partir dos 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada até o último ano de vigência do PEE.

Meta 3 - Universalizar, até 2016, o atendimento escolar para a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Meta 4 - Universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com garantia de sistema educacional inclusivo, salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Meta 5 - Alfabetizar todas as crianças no máximo até o final do 2º (segundo) ano do Ensino Fundamental.

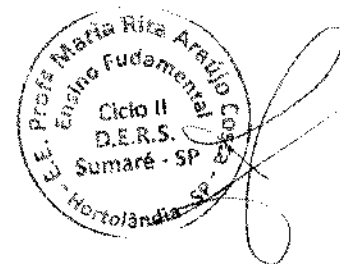
Meta 6 - Garantir educação integral em todos os níveis e modalidades de ensino e assegurar educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender a, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos alunos na educação básica.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



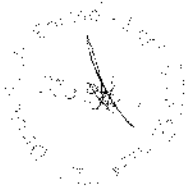
A qualidade do trabalho pedagógico esta associada à capacidade de promoção de avanços no desenvolvimento do aluno, destacando-se a importância do papel do professor no processo ensino-aprendizagem, assim como a relevância da proposta pedagógica adotada pela escola.

Com isso é importante que tenha em conta que qualquer que seja o conteúdo, ele nunca é um fim em si mesmo, apenas pretexto para se aprender a pensar e questionar o próprio conhecimento, para compreender que aprender não é reproduzir verdades alheias, mas sim aprender a olhar o mundo para os lados sim, interpretando-os, transformando-os e tirando conclusões.

Só assim é possível formar cidadãos críticos, competitivos e capacitados o bastante para serem agentes transformadores de sua própria vida e da realidade que o cerca.

A Escola tem, ainda, por objetivo:

- Proporcionar a formação continuada de gestores, coordenadores e professores;
- Implementar projetos educativos e sociais;
- Buscar a participação e integração escola-família e comunidade, através de reuniões, palestras e eventos.
- Estabelecer parcerias com redes de atendimento;
- Otimizar e organizar o tempo e o espaço escolar, contemplando a integralização do ambiente enquanto espaço educativo;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

Meta 10 - Oferecer, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) das matrículas de educação de jovens e adultos nos Ensinos Fundamental e Médio, na forma integrada à educação profissional.

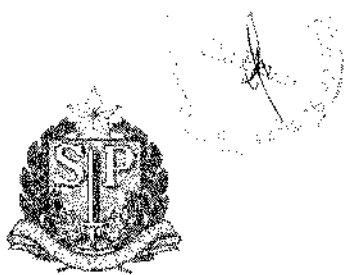
Meta 11 - Ampliar em 50% (cinquenta por cento) as matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e, pelo menos, 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Meta 12 - Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, asseguradas a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Meta 15 – Formação Continuada - Garantir, em regime de colaboração entre a União e os municípios, no prazo de 1 (um) ano de vigência do PEE, política estadual de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do “caput” do artigo 61 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, assegurando que todos os professores da educação básica possuam formação específica de nível superior, obtida em curso de licenciatura na área de conhecimento em que atuam.

Meta 19 – Gestão democrática - Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da aprovação do PEE, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do Estado para tanto.

Meta 21: Formação continuada - Viabilizar um novo modelo de formação para os profissionais da Secretaria da Educação, visando ao exercício do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

Meta 7 - Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem, de modo a atingir as seguintes médias para o IDEB no Estado:

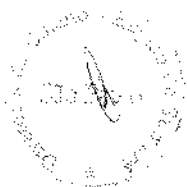
IDEB

Etapas - Níveis de Ensino		2015	2017	2019	2021
Ensino Fundamental	Anos Iniciais	6.0	6.3	6.5	6.7
	Anos Finais	5.4	5.6	5.9	6.1
Ensino Médio		4.5	5.0	5.2	5.4

Fonte: INEP

Meta 8 – EJA = Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar o mínimo de 12 (doze) anos de estudo até o último ano de vigência do PEE, para as populações do campo, das regiões de menor escolaridade dos municípios do Estado de São Paulo, dos 25% (vinte e cinco por cento) mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros e não negros declarados à Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

Meta 9 - Elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) anos ou mais para 97,5% (noventa e sete inteiros e cinco décimos por cento) até o 5º (quinto) ano de vigência do PEE e, até o final da vigência, superar o analfabetismo absoluto e reduzir em pelo menos 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional no Estado de São Paulo.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



engrandecimento cultural, e conhecimento de tudo o que lhe é útil para se resolver como pessoa.

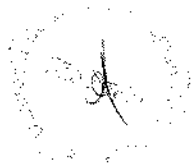
Ações

Para que nossa escola atinja essa meta é preciso que, através do controle efetivo da frequência do educando para cumprimento da legislação vigente, possamos criar situações de ensino-aprendizagem que os motive a retornar para a escola.

O cumprimento frio da legislação só não basta. É preciso inovar e oferecer um ambiente novo munido de novos materiais pedagógicos que auxiliem o professor. O professor de nossa escola precisa passar por treinamentos e cursos de capacitação e aperfeiçoamento.

Deve haver comprometimento de todos para com a escola que queremos e a busca dessa nova identidade passa por todos nós que aqui trabalhamos. Precisamos criar condições para que nosso aluno construa sua história e que essa construção colabore com a história de seu tempo. Nosso professor/educador deverá manter-se sempre atento a capacidade cognitiva do aluno, intervir ao perceber não ter ocorrido compreensão adequada ao aprendizado. As tarefas e trabalhos de pesquisas deverão constituir um momento privilegiado da atividade construtiva do conhecimento desenvolvida pelo educando.

As pesquisas poderão ser realizadas na própria escola, na sala do Acesso Escola, tanto em busca de respostas pelo desencadeamento de dúvidas quanto pela cooperação entre iguais. O educador há de visar e corrigir todos os trabalhos e atividades propostas e realizados, diagnosticando a articulação prática conceitual ou nível de abstração do educando. Assim, o educando terá claro que o trabalho escolar visa a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



magistério e/ou das atividades relacionadas à gestão da educação básica, considerando os Quadros dos Servidores, a saber: Quadro do Magistério - QM, Quadro de Apoio Escolar – QAE e Quadro de Suporte Escolar – QSE, de acordo com a estrutura vigente.

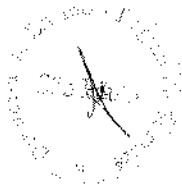
Além dessas, a escola possui as metas próprias:

Metas da E.E. Maria Rita Araújo Costa

Dentro das perspectivas que nos acenam para o ano e sendo a escola para propor seu compromisso com a educação desde que consubstanciado em teorias educacionais que julgar serem coerentes a fim de propiciarem atendimento as necessidades peculiares da clientela a ser atendida, tratamos como a grande meta a ser atingida a aquisição de uma identidade como casa de ensino. É preciso mudar e ousar nos projetos educacionais que busquem criar verdadeira condição do aprender.

A escola de cara nova é mais do que um prédio com boa situação e condição de preservação, não que isto também não seja importante. Queremos que o aluno sinta alegria de vir à escola e de nela sentir-se bem, querido e ajudado. A grande meta a ser vencida é o combate a evasão escolar. Dentro desta perspectiva o combate à evasão escolar não significa apenas trazê-los de volta, significa mudar a postura que é nossa, de quem nunca saiu da escola.

Projetos que desenvolvam as novas metodologias, técnicas inovadoras e lúdicas na aprendizagem, desenvolvimento de um trabalho voltado para o aluno que valorize sua bagagem cultural, e lhe insira novos aprendizados e conhecimentos, que o levem a valorizar nossa escola, comunidade onde mora sua cidade e seus pais, através do real



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



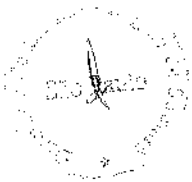
- 1) da cultura de justiça, esperança, ternura e solidariedade;
- 2) do respeito ao indivíduo e as suas diferenças;
- 3) da consciência crítica acerca do mundo;
- 4) da formação de hábitos, valores e atitudes;
- 5) da autonomia com responsabilidade e respeito aos limites.

Portanto, a escola tem como princípio ser democrática, oferecendo recursos didáticos, pedagógicos e humanos, preparando nosso aluno para o exercício efetivo da cidadania, atingindo a todos dentro de suas diversidades: afro descendentes, alunos especiais etc. Mesmo sabendo da falta de profissionais especializados e capacitados, diante da inclusão, ela deve cumprir o seu papel que não é assistencialista e sim, de ensinar os conhecimentos adequados, conhecimentos estes, formativos, informativos, esclarecedores, científicos vinculados aos valores morais e éticos que são essenciais a formação e resgate da cidadania.

- ✓ A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios da liberdade e dos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação profissional.

O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

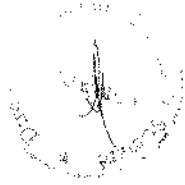
forma ao da consciência crítica, dos valores de caráter e do exercício da cidadania. O professor, numa abordagem dialética, considera a bagagem cultural e as experiências trazidas pelo aluno e, a partir daí, inseri-lo na cultura contemporânea, buscando a síntese das representações.

Capítulo 8

PRINCÍPIOS EDUCATIVOS

A escola, de uma maneira geral, hoje é como parte inseparável da sociedade. Busca o conhecimento do mundo, construindo-o e partilhando ideias. Funciona como uma extensão da família, na contextualização do mundo exterior. Participa da construção do pensamento harmonioso. Desta forma, a Escola Maria Rita Araújo Costa procura garantir o que preconiza o Estatuto da Criança e do Adolescente quanto ao desenvolvimento saudável do físico, da mente, das morais espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade de seus docentes de ensino fundamental.

O PPP, portanto, voltado para a integração dos saberes conhecidos, estimulados, produzidos e recriados elege o resgate de princípios, valores, atitudes e as regras de convívio social, que na sociedade atual perderam sua essência, seu valor. Essa retomada será a atividade primordial em todos os segmentos e modalidades de ensino da escola. Pois, através desse exercício de reflexão, ação e reconstrução da cidadania o ser humano tem a capacidade de repensar seus valores e atitudes tornando-se mais solidário, capaz de contribuir na construção de uma nova sociedade, mais justa e harmoniosa, auxiliando no desenvolvimento:



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

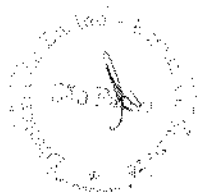


- II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV. Respeito à liberdade e apreço a tolerância;
- V. Coexistência de instituições pública e privadas de ensino;
- VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII. Valorização do profissional da educação escolar;
- VIII. Gestão democrática do ensino público, na forma desta lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX. Garantia de padrão de qualidade;
- X. Valorização da experiência extraescolar;
- XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

Os quatro pilares

No século XXI, além da revolução do conhecimento e da tecnologia, novas exigências pessoais, que valorizam competências, habilidades e qualidades pessoais/valores, são exigidas, não bastando mais somente o acesso a quantidades ilimitadas de informação.

Nessa sociedade, à educação é dado um desafio, proporcionar a formação plena e integral do sujeito, possibilitando-lhe o contato com



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



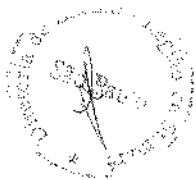
todas as formas de conhecimento, busca desenvolver nos estudantes, a capacidade de projetar, construir, programar, elaborar pesquisas nas diferentes áreas do conhecimento através do trabalho em equipe. A todo o momento, os estudantes são desafiados a fazer uso da tecnologia para encontrar alternativas e/ou solucionar problemas, muitos deles, desafios reais, soluções para o cotidiano.

Como instrumento didático e pedagógico, constituir-se poderoso meio para a atividade de aprender por meio da prática. Nesse sentido, baseada nos quatro pilares da Educação da UNESCO: aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a conviver, aprender a ser – permite que os estudantes não só iniciem-se nos conhecimentos tecnológicos, mas também desenvolvam qualidades pessoais, valores, habilidades e competências. Observe o que se entende por cada pilar:

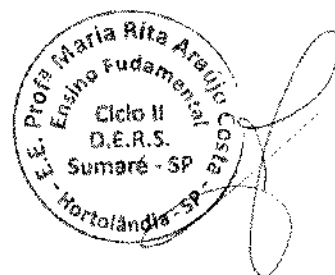
O aprender a conhecer não está ligado apenas a compreensão de conhecimentos, mas ao desenvolvimento do aprender a aprender, ou seja, ao aprender a compreender o mundo, adquirindo uma cultura geral vasta, desenvolvida por meio da capacidade de trabalhar diversos assuntos e exercitar a atenção, a memória e o raciocínio.

O aprender a fazer está ligado ao desenvolvimento de competências para gerenciar projetos, otimizar recursos e trabalhar em equipe. Habilidades para enfrentar as mais diversas situações que podem se apresentar em seu dia a dia, ou ao longo de toda a vida.

O aprender a conviver, por sua vez, está relacionado ao desenvolvimento da compreensão do outro e da percepção de que os seres humanos dependem uns dos outros. Isso pode se consolidar por meio da

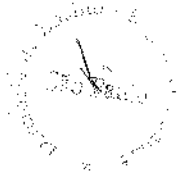


GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



realização de projetos comuns, da administração de conflitos, dos exercícios de cooperação, do reconhecimento da diversidade humana e suas diferenças.

O aprender a ser está relacionado ao desenvolvimento integral dos estudantes: espírito, corpo, inteligência, sensibilidade, sentido estético, responsabilidade pessoal e espiritualidade. Este pilar indica que a educação deve conferir a todos os seres humanos a liberdade de pensamento, discernimento, sentimentos e imaginação para desenvolver talentos e permanecer, tanto quanto possível, donos do seu próprio destino. Para isso, o aprender a conviver e o aprender a conhecer são essenciais. Assim, em longo prazo, desenvolver atitudes para o trabalho em equipe e formar pessoas autônomas, responsáveis, críticas, capazes de tomar decisões e que resolvam seus conflitos por meio do diálogo. Nessa perspectiva, o trabalho em equipe envolve a descoberta e o encontro do outro, com a devida compreensão e respeito a seus valores e cultura. Já as habilidades intelectuais complexas - também previamente definidas - poderão ser trabalhadas em três momentos: na solicitação de pesquisas, nas montagens dos projetos e na resolução de desafios e situações - problema.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



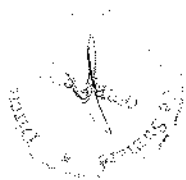
Capítulo 9

PRESSUPOSTOS EDUCACIONAIS

Entende-se por pressupostos o conjunto de conteúdos teóricos que explicitam a compreensão de mundo, de sociedade, de educação e de ser humano na sua totalidade.

A Escola Estadual Maria Rita Araújo Costa tem como tendência pedagógica a pedagogia crítico-social dos conteúdos, visto que esta corrente da pedagogia progressista defende o ponto de vista de que a principal contribuição da escola para a democratização da sociedade está na difusão da escolarização para todos, colocando a formação cultural e científica nas mãos do povo como instrumento de luta para sua emancipação. Valoriza a instrução ao como domínio do saber sistematizado e os meios de ensino como processo de desenvolvimento das capacidades cognitivas dos alunos e viabilização da atividade de transmissão/assimilação ativa de conhecimentos.

O trabalho docente concebe o aluno como ser educável, sujeito ativo do próprio conhecimento, mas também como ser social, historicamente determinado, indivíduo concreto, inserido no movimento coletivo de emancipação humana. (...) É preciso que o professor aprenda a abarcar todos os aspectos, ligações e mediações inerentes à ação pedagógica, toma-lo no seu desenvolvimento, nas suas contradições, a fim de introduzir no trabalho docente a dimensão da prática histórico-social no processo do conhecimento.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Neste sentido:

-Papel da Escola: É a tarefa primordial. Conteúdos abstratos, mas vivos, concretos. A escola é a parte integrante de todo social, a função é "uma atividade mediadora no seio da prática social e global". Consiste para o mundo adulto.

-Conteúdos: São os conteúdos culturais universais que se constituíram em domínios de conhecimento relativamente autônomos, não basta que eles sejam apenas ensinados, e preciso que se ligue de forma indissociável.

-A Postura da Pedagogia dos Conteúdos: assume o saber como sendo um conteúdo relativamente objetivo, mas ao mesmo tempo "introduz" a possibilidade de uma reavaliação crítica frente a este conteúdo.

-Método: É preciso que os métodos favoreçam a correspondência dos conteúdos com os interesses dos alunos.

- Professor x Aluno: Consiste no movimento das condições em que professor e alunos possam colaborar para fazer progredir essas trocas. O esforço de elaboração de uma pedagogia dos conteúdos está em propor ensinamentos voltados para a interação "conteúdos x realidades sociais"

- Pressupostos: O aluno se reconhece nos conteúdos e modelos sociais apresentados pelo professor. O conhecimento novo se apoia numa estrutura cognitiva já existente.



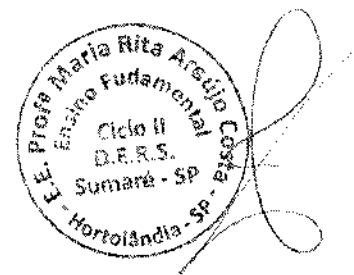
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



9.1 EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A Escola Estadual Maria Rita Araújo Costa respeita os princípios de igualdade e equidade, promovendo o fortalecimento da escola inclusiva, e entende que a educação especial integra a educação regular e perpassa por todos os níveis, etapas e modalidades de ensino. Esta Escola, apesar das dificuldades financeiras, assegura recursos e serviços educacionais, organizados institucionalmente para apoiar, complementar e suplementar o ensino regular, como objetivo de garantir a educação escolar e promover o desenvolvimento das potencialidades dos educandos com deficiência física, intelectual, sensorial ou múltipla, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superlotação.

Voltada à promoção de uma educação de qualidade para todos, esta escola:

- efetua a distribuição ponderada dos alunos público alvo da educação especial pelas várias classes da fase escolar em que forem classificados, buscando a adequação entre idade e série/ano;
- implementa flexibilizações curriculares que considerem metodologias de ensino diversificadas e recursos didáticos diferenciados para o desenvolvimento de cada aluno da educação especial, em consonância com o projeto pedagógico da escola;
- realiza o aprofundamento e enriquecimento curricular com o propósito de favorecer o desenvolvimento das potencialidades dos alunos com altas habilidades ou superdotação;



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



- busca dar sustentabilidade ao processo escolar, mediante aprendizagem em sala de recurso, trabalho de equipe na escola e apoio com a participação da família e de outros agentes da comunidade no processo educativo;

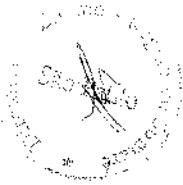
- garante apoios pedagógicos, tais como:

a) Oferta de apoios didático-pedagógicos necessárias a aprendizagem, a comunica ao, com utiliza ao de linguagens e códigos aplicáveis;

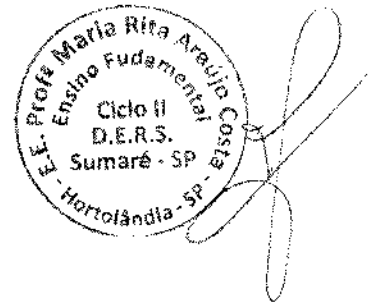
b) Atendimento educacional especializado em sala de recursos na escola onde o aluno frequenta, no contra turno de sua frequência na sala regular com a utiliza ao de procedimentos, equipamentos e materiais próprios, por meio da atuação de professor especializado para orientação, complementação ou suplementação das atividades curriculares, em período diverso da classe comum em que o aluno estiver matriculado;

Na Escola Estadual Maria Rita Araújo Costa os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem ou com deficiência que dificulte o acesso ao currículo são encaminhados para avaliação médica, psicológica e pedagógica especializada, se necessária, com diagnóstico médico ou parecer psicológico que indique deficiência intelectual, terão atendimento educacional especializado, em sala de recurso, em turno inverso ao regular.

As necessidades educacionais especiais são definidas pelos problemas de aprendizagem apresentados pelo aluno, em caráter temporário ou permanente, bem como pelos recursos e apoios que a escola



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



deverá proporcionar, objetivando a remoção das barreiras para a aprendizagem.

Assim, o Projeto Pedagógico desta escola se propõe a oferecer e uma educação que propicie respostas educacionais a todos os alunos inclusive aqueles que apresentam Deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e Altas Habilidades/Superdotação, atendidos pela Educa ao Especial. O aluno com necessidades educacionais especiais deve ser inserido, preferencialmente, na escola regular com currículo adaptado para atender as suas necessidades individuais e as necessidades gerais da classe. Esta escola prevê o estabelecimento de rede de apoio a inclusão, no espaço físico da escola ou em espaços, os mais próximos possíveis da mesma, onde o aluno receba o atendimento educacional especializado (AEE) sempre que necessário.

Capítulo 10

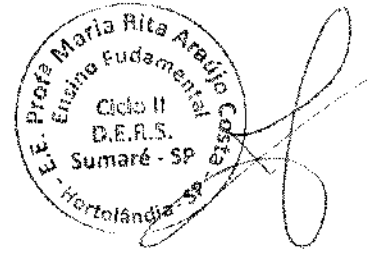
PROPOSTA CURRICULAR

A construção de um currículo é permeada de ideologias, e estas estão diretamente ligadas à construção cultural de cada sociedade. Nessa questão entra em discussão qual será o objetivo do currículo ao afetar o seu público-alvo, pois vai depender dos objetivos de quem é o responsável pela sua construção.

Sendo assim, o objetivo dos currículos brasileiros, por exemplo, sofreu muitas mudanças ao longo do tempo, dependendo dos interesses que estão em jogo em determinado momento. O tipo de currículo mais adotado recentemente é o reconstrucionista social, que tem como



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



finalidade tornar o indivíduo um ser crítico e assim ser um agente de transformação social. Sendo assim, é através da educação que esse ser será capaz de mudar a sua realidade e conseqüentemente a realidade da sociedade que está inserido.

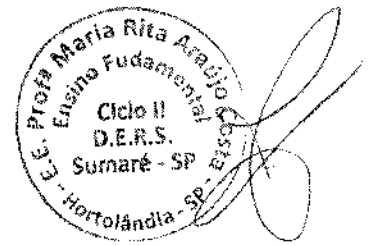
É dever de o currículo provocar no aluno atos de reflexão e assim torná-lo crítico. Um momento histórico diferenciado marcou a década de 90 na Educação Brasileira com a aprovação, após anos de discussão, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), com a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) pelo Conselho Nacional de Educação e com a proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) indicados pelo MEC, durante duas gestões consecutivas do governo federal.

Após vários anos de uma política neoliberal, que visava o desenvolvimento de competências e habilidades, o Governo do Estado instaurou um processo de elaboração das Diretrizes Curriculares para o Estado do São Paulo. Nesse processo, houve plena participação dos profissionais da educação. Esse processo de construção das diretrizes iniciou no ano de 2003 e ao longo dos anos seguintes, todos os professores e demais profissionais se envolveram. Aconteceram momentos de discussão coletiva, onde os professores se reuniram por áreas afins e assim pudessem discutir entre seus pares, a melhor forma de se trabalhar os conteúdos.

A SEED, através desses momentos de discussão, ouviu as solicitações dos professores e elaborou a versão preliminar das diretrizes, visando um plano de trabalho unificado para o Estado do São Paulo. O compromisso com a redução das desigualdades sociais; a articulação das propostas educacionais com o desenvolvimento econômico, social, político e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

cultural da sociedade; a defesa da educação básica e da escola pública, gratuita de qualidade como direito fundamental do cidadão; a articulação de todos os níveis e modalidades de ensino; e a compreensão dos profissionais da educação como sujeitos epistêmicos.

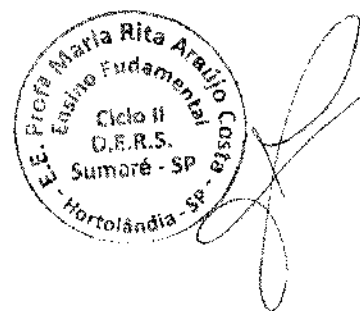
As Diretrizes Curriculares devem guiar as atividades educativas, sendo estas um instrumento para a prática pedagógica, um guia sobre o que, quando e como ensinar e avaliar. Ela será a espinha dorsal das ações desenvolvidas na escola, que devem primar para a aprendizagem significativa, ajustando progressivamente a ajuda pedagógica às necessidades e características de cada aluno.

A Secretaria da Educação do Estado de São Paulo propôs, em 2008, um currículo básico para as escolas da rede estadual nos níveis de Ensino Fundamental (Ciclo II) e Ensino Médio. Ao iniciar esse processo, a Secretaria da Educação procurou também cumprir seu dever de garantir a todos uma base comum de conhecimentos e de competências para que nossas escolas funcionem de fato como uma rede. Com esse objetivo, implantou um processo de elaboração dos subsídios indicados a seguir. Apresentamos aqui os princípios orientadores do currículo para uma escola capaz de promover as competências indispensáveis ao enfrentamento dos desafios sociais, culturais e profissionais do mundo contemporâneo. Contempla algumas das principais características da sociedade do conhecimento e das pressões que a contemporaneidade exerce sobre os jovens cidadãos, propondo princípios orientadores para a prática educativa, a fim de que as escolas possam preparar seus alunos para esse novo tempo.

Ao priorizar a competência de leitura e escrita, o Currículo define a escola como espaço de cultura e de articulação de competências e de



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



conteúdos disciplinares. Além desse documento básico curricular, há um segundo conjunto de documentos, com orientações para a gestão do Currículo na escola. Intitulado Caderno do Gestor, dirige-se especialmente às unidades escolares e aos professores coordenadores, diretores, professores coordenadores das oficinas pedagógicas e supervisores.

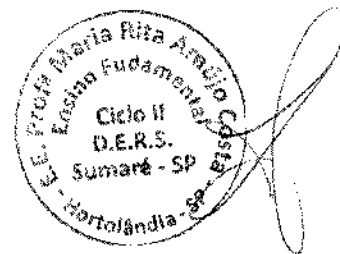
Esse material não trata da gestão curricular em geral, mas tem a finalidade específica de apoiar o gestor para que ele seja um líder capaz de estimular e orientar a implementação do Currículo nas escolas públicas estaduais de São Paulo. Há inúmeros programas e materiais disponíveis sobre o tema da gestão, aos quais as equipes gestoras também poderão recorrer para apoiar seu trabalho. O ponto mais importante desse segundo conjunto de documentos é garantir que a Proposta Pedagógica, que organiza o trabalho nas condições singulares de cada escola, seja um recurso efetivo e dinâmico para assegurar aos alunos a aprendizagem dos conteúdos e a constituição das competências previstas no Currículo.

Espera-se também que a aprendizagem resulte da coordenação de ações entre as disciplinas, do estímulo à vida cultural da escola e do fortalecimento de suas relações com a comunidade. O Currículo se completa com um conjunto de documentos dirigidos especialmente aos professores e aos alunos: os Cadernos do Professor e do Aluno, organizados por disciplina/ série(ano)/bimestre. Neles, são apresentadas Situações de Aprendizagem para orientar o trabalho do professor no ensino dos conteúdos disciplinares específicos e a aprendizagem dos alunos.

Esses conteúdos, habilidades e competências são organizados por série/ano e acompanhados de orientações para a gestão da aprendizagem em sala de aula e para a avaliação e a recuperação. Oferecem também



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

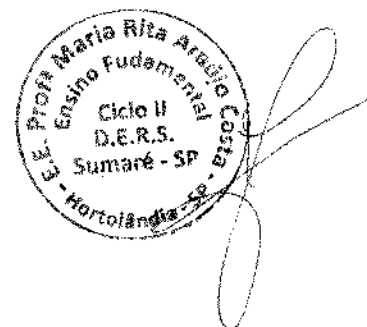
sugestões de métodos e estratégias de trabalho para as aulas, experimentações, projetos coletivos, atividades extraclasse e estudos interdisciplinares. Uma educação à altura dos desafios contemporâneos. A sociedade do século XXI é cada vez mais caracterizada pelo uso intensivo do conhecimento, seja para trabalhar, conviver ou exercer a cidadania, seja para cuidar do ambiente em que se vive.

Todavia, essa sociedade, produto da revolução tecnológica que se acelerou na segunda metade do século XX e dos processos políticos que redesenharam as relações mundiais, já está gerando um novo tipo de desigualdade ou exclusão, ligado ao uso das tecnologias de comunicação que hoje medeiam o acesso ao conhecimento e aos bens culturais. Na sociedade de hoje, é indesejável a exclusão pela falta de acesso tanto aos bens materiais quanto ao conhecimento e aos bens culturais. No Brasil, essa tendência à exclusão caminha paralelamente à democratização do acesso a níveis educacionais além do ensino obrigatório. Com mais pessoas estudando, além de um diploma de nível superior, as características cognitivas e afetivas são cada vez mais valorizadas, como as capacidades de resolver problemas, trabalhar em grupo, continuar aprendendo e agir de modo cooperativo, pertinentes em situações complexas.

Em um mundo no qual o conhecimento é usado de forma intensiva, o diferencial está na qualidade da educação recebida. A qualidade do convívio, assim como dos conhecimentos e das competências constituídas na vida escolar, será determinante para a participação do indivíduo em seu próprio grupo social e para que ele tome parte em processos de crítica e renovação. Nesse contexto, ganha importância redobrada a qualidade da educação oferecida nas escolas públicas, que vêm recebendo, em número cada vez mais expressivo, as camadas pobres



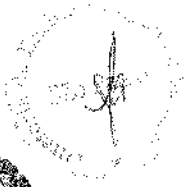
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



da sociedade brasileira, que até bem pouco tempo não tinham efetivo acesso à escola. A relevância e a pertinência das aprendizagens escolares construídas nessas instituições são decisivas para que o acesso a elas proporcione uma real oportunidade de inserção produtiva e solidária no mundo. Ganha também importância a ampliação e a significação do tempo de permanência na escola, tornando-a um lugar privilegiado para o desenvolvimento do pensamento autônomo, tão necessário ao exercício de uma cidadania responsável, especialmente quando se assiste aos fenômenos da precocidade da adolescência e do acesso cada vez mais tardio ao mercado de trabalho.

Nesse mundo, que expõe o jovem às práticas da vida adulta e, ao mesmo tempo, posterga sua inserção no mundo profissional, ser estudante é fazer da experiência escolar uma oportunidade para aprender a ser livre e, concomitantemente, respeitar as diferenças e as regras de convivência. Hoje, mais do que nunca, aprender na escola é o “ofício de aluno”, a partir do qual o jovem pode fazer o trânsito para a autonomia da vida adulta e profissional. Para que a democratização do acesso à educação tenha função inclusiva, não é suficiente universalizar a escola: é indispensável universalizar a relevância da aprendizagem.

O desenvolvimento pessoal é um processo de aprimoramento das capacidades de agir, pensar e atuar no mundo, bem como de atribuir significados e ser percebido e significado pelos outros, apreender a diversidade, situar-se e pertencer. A educação tem de estar a serviço desse desenvolvimento, que coincide com a construção da identidade, da autonomia e da liberdade. Não há liberdade sem possibilidade de escolhas. Escolhas pressupõem um repertório e um quadro de referências que só podem ser garantidos se houver acesso a um amplo conhecimento,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

assegurado por uma educação geral, articuladora e que transite entre o local e o global. Esse tipo de educação constrói, de forma cooperativa e solidária, uma síntese dos saberes produzidos pela humanidade ao longo de sua história e dos saberes locais. Tal síntese é uma das condições para o indivíduo acessar o conhecimento necessário ao exercício da cidadania em dimensão mundial. A autonomia para gerenciar a própria aprendizagem (aprender a aprender) e para a transposição dessa aprendizagem em intervenções solidárias (aprender a fazer e a conviver) deve ser a base da educação das crianças, dos jovens e dos adultos, que têm em suas mãos a continuidade da produção cultural e das práticas sociais. Construir identidade, agir com autonomia e em relação com o outro, bem como incorporar a diversidade, são as bases para a construção de valores de pertencimento e de responsabilidade, essenciais para a inserção cidadã nas dimensões sociais e produtivas. Preparar os indivíduos para o diálogo constante com a produção cultural, num tempo que se caracteriza não pela permanência, mas pela constante mudança – quando o inusitado, o incerto e o urgente constituem a regra –, é mais um desafio contemporâneo para a educação escolar. Outros elementos relevantes que devem orientar o conteúdo e o sentido da escola são a complexidade da vida cultural em suas dimensões sociais, econômicas e políticas; a presença maciça de produtos científicos e tecnológicos; e a multiplicidade de linguagens e códigos no cotidiano. Apropriar-se desses conhecimentos pode ser fator de ampliação das liberdades, ao passo que sua não apropriação pode significar mais um fator de exclusão. Um currículo que dá sentido, significado e conteúdo à escola precisam levar em conta os elementos aqui apresentados. Por isso, o Currículo da Secretaria da Educação do Estado de São Paulo tem como princípios centrais: a escola que aprende; o currículo como espaço de cultura; as



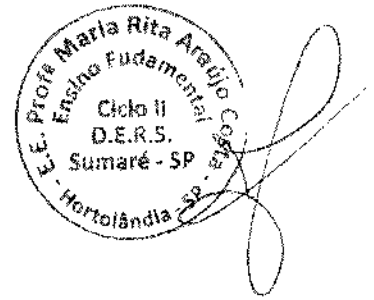
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



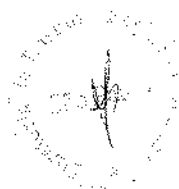
competências como eixo de aprendizagem; a prioridade da competência de leitura e de escrita; a articulação das competências para aprender; e a contextualização no mundo do trabalho.

10.1 UMA ESCOLA QUE TAMBÉM APRENDE

A tecnologia imprime um ritmo sem precedentes ao acúmulo de conhecimentos e gera profunda transformação quanto às formas de estrutura, organização e distribuição do conhecimento acumulado. Nesse contexto, a capacidade de aprender terá de ser trabalhada não apenas nos alunos, mas na própria escola, como instituição educativa.

Isso muda radicalmente a concepção da escola: de instituição que ensina para instituição que também aprende a ensinar. Nessa escola, as interações entre os responsáveis pela aprendizagem dos alunos têm caráter de ações formadoras, mesmo que os envolvidos não se deem conta disso. Vale ressaltar a responsabilidade da equipe gestora como formadora de professores e a responsabilidade dos docentes, entre si e com o grupo gestor, na problematização e na significação dos conhecimentos sobre sua prática. Essa concepção parte do princípio de que ninguém é detentor absoluto do conhecimento e de que o conhecimento coletivo é maior que a soma dos conhecimentos individuais, além de ser qualitativamente diferente. Esse é o ponto de partida para o trabalho colaborativo, para a formação de uma “comunidade aprendente”, nova terminologia para um dos mais antigos ideais educativos.

A vantagem hoje é que a tecnologia facilita a viabilização prática desse ideal. Ações como a construção coletiva da Proposta Pedagógica, por meio da reflexão e da prática compartilhadas, e o uso intencional da convivência como situação de aprendizagem fazem parte da constituição



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

de uma escola à altura de seu tempo. Observar que as regras da boa pedagogia também se aplicam àqueles que estão aprendendo a ensinar é uma das chaves para o sucesso das lideranças escolares. Os gestores, como agentes formadores, devem pôr em prática com os professores tudo aquilo que recomendam a eles que apliquem com seus alunos.

10.2 O CURRÍCULO COMO ESPAÇO DE CULTURA

No cotidiano escolar, a cultura é muitas vezes associada ao que é local, pitoresco, folclórico, bem como ao divertimento ou lazer, ao passo que o conhecimento é frequentemente associado a um saber inalcançável. Essa dicotomia não cabe em nossos tempos: a informação está disponível a qualquer instante, em tempo real, ao toque de um dedo, e o conhecimento constitui ferramenta para articular teoria e prática, o global e o local, o abstrato e seu contexto físico. Currículo é a expressão do que existe na cultura científica, artística e humanista transposto para uma situação de aprendizagem e ensino. Precisamos entender que as atividades extraclasse não são “extracurriculares” quando se deseja articular cultura e conhecimento.

Nesse sentido, todas as atividades da escola são curriculares; caso contrário, não são justificáveis no contexto escolar. Se não rompermos essa dissociação entre cultura e conhecimento não conectaremos o currículo à vida – e seguiremos alojando na escola uma miríade de atividades “culturais” que mais dispersam e confundem do que promovem aprendizagens curriculares relevantes para os alunos.

O conhecimento tomado como instrumento, mobilizado em competências, reforça o sentido cultural da aprendizagem. Tomado como valor de conteúdo lúdico, de caráter ético ou de fruição estética, numa



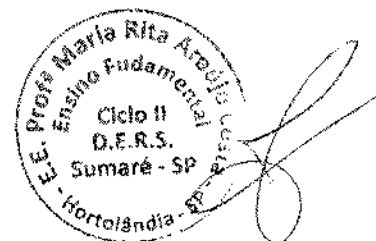
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



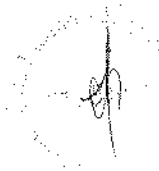
escola de prática cultural ativa, o conhecimento torna-se um prazer que pode ser aprendido ao se aprender a aprender. Nessa escola, o professor não se limita a suprir o aluno de saberes, mas dele é parceiro nos fazeres culturais; é quem promove, das mais variadas formas, o desejo de aprender, sobretudo com o exemplo de seu próprio entusiasmo pela cultura humanista, científica e artística.

Quando, no projeto pedagógico da escola, a cidadania cultural é uma de suas prioridades, o currículo é a referência para ampliar, localizar e contextualizar os conhecimentos acumulados pela humanidade ao longo do tempo. Então, o fato de uma informação ou de um conhecimento emergir de um ou mais contextos distintos na grande rede de informação não será obstáculo à prática cultural resultante da mobilização desses “saberes” nas ciências, nas artes e nas humanidades.

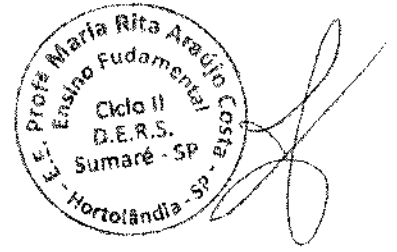
10.3 AS COMPETÊNCIAS COMO REFERÊNCIA

Um currículo que promove competências tem o compromisso de articular as disciplinas e as atividades escolares com aquilo que se espera que os alunos aprendam ao longo dos anos. Logo, a atuação do professor, os conteúdos, as metodologias disciplinares e a aprendizagem requerida dos alunos são aspectos indissociáveis, que compõem um sistema ou rede cujas partes têm características e funções específicas que se complementam para formar um todo, sempre maior do que elas.

Maior porque o currículo se compromete em formar crianças e jovens para que se tornem adultos preparados para exercer suas responsabilidades (trabalho, família, autonomia etc.) e para atuar em uma sociedade que depende deles. Com efeito, um currículo referenciado em competências supõe que se aceite o desafio de promover os conhecimentos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

próprios de cada disciplina articuladamente às competências e habilidades do aluno. É com essas competências e habilidades que o aluno contará para fazer a leitura crítica do mundo, questionando-o para melhor compreendê-lo, inferindo questões e compartilhando ideias, sem, pois, ignorar a complexidade do nosso tempo.

Tais competências e habilidades podem ser consideradas em uma perspectiva geral, isto é, no que têm de comum com as disciplinas e tarefas escolares ou no que têm de específico. Competências, nesse sentido, caracterizam modos de ser, de raciocinar e de interagir, que podem ser apreendidos das ações e das tomadas de decisão em contextos de problemas, de tarefas ou de atividades. Graças a elas, podemos inferir, hoje, se a escola como instituição está cumprindo devidamente o papel que se espera dela.

Os alunos considerados neste Currículo do Estado de São Paulo têm, de modo geral, entre 11 e 18 anos. Valorizar o desenvolvimento de competências nessa fase da vida implica ponderar, além de aspectos curriculares e docentes, os recursos cognitivos, afetivos e sociais dos alunos. Implica, pois, analisar como o professor mobiliza conteúdos, metodologias e saberes próprios de sua disciplina ou área de conhecimento, visando a desenvolver competências em adolescentes, bem como a instigar desdobramentos para a vida adulta. Paralelamente a essa conduta, é preciso considerar quem são esses alunos.

Ter entre 11 e 18 anos significa estar em uma fase peculiar da vida, entre a infância e a idade adulta. Nesse sentido, o jovem é aquele que deixou de ser criança e prepara-se para se tornar adulto. Trata-se de um período complexo e contraditório da vida do aluno, que requer muita atenção da escola. Nessa etapa curricular, a tríade sobre a qual



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



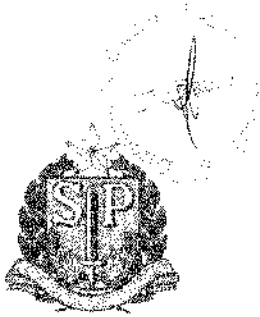
competências e habilidades são desenvolvidas pode ser assim caracterizada:

- a) o adolescente e as características de suas ações e pensamentos;
- b) o professor, suas características pessoais e profissionais e a qualidade de suas mediações;
- c) os conteúdos das disciplinas e as metodologias para seu ensino e aprendizagem.

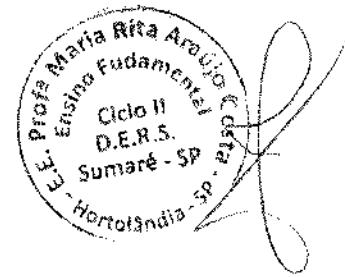
Houve um tempo em que a educação escolar era referenciada no ensino – o plano de trabalho da escola indicava o que seria ensinado ao aluno. Essa foi uma das razões pelas quais o currículo escolar foi confundido com um rol de conteúdos disciplinares. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) no 9394/96 deslocou o foco do ensino para a aprendizagem, e não é por acaso que sua filosofia não é mais a da liberdade de ensino, mas a do direito de aprender.

O conceito de competências também é fundamental na LDBEN, nas Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pelo Conselho Nacional de Educação e pelo Ministério da Educação. O currículo referenciado em competências é uma concepção que requer que a escola e o plano do professor indiquem o que aluno vai aprender. Uma das razões para se optar por uma educação centrada em competências diz respeito à democratização da escola.

Com a universalização do Ensino Fundamental, a educação incorpora toda a heterogeneidade que caracteriza o povo brasileiro; nesse contexto, para ser democrática, a escola tem de ser igualmente acessível a



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

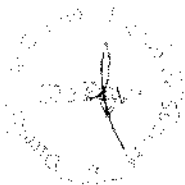
todos, diversa no tratamento a cada um e unitária nos resultados. Assim, será possível garantir igualdade de oportunidades, diversidade de tratamento e unidade de resultados.

Pensar o currículo hoje é viver uma transição na qual, como em toda transição, traços do velho e do novo se mesclam nas práticas cotidianas. A escola deve fazê-lo coletivamente, tendo à frente seus gestores, que devem capacitar os professores em seu dia a dia, a fim de que todos se apropriem dessa mudança de foco. Cabem às instâncias responsáveis pela política educacional nos Estados e nos municípios elaborar, a partir das DCN e dos PCN, propostas curriculares próprias e específicas, para que as escolas, em sua Proposta Pedagógica, estabeleçam os planos de trabalho que, por sua vez, farão, das propostas, currículos em ação – como no presente esforço desta Secretaria.

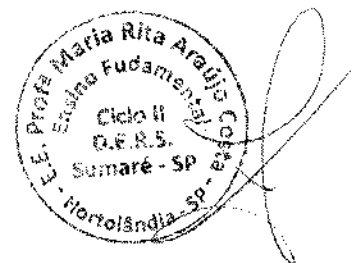
10.4 PRIORIDADE PARA A COMPETÊNCIA LEITORA E ESCRITORA

Concebe-se o homem a partir do trabalho e das mediações simbólicas que regem suas relações com a vida, com o mundo e com ele próprio. São dois os eixos dessas atividades: o da produção (transformação da natureza) e o da comunicação (relações intersubjetivas).

A linguagem é constitutiva do ser humano. Podem-se definir linguagens como sistemas simbólicos, instrumentos de conhecimento e de construção de mundo, formas de classificação arbitrárias e socialmente determinadas. Esses sistemas são, ao mesmo tempo, estruturados e estruturantes, uma vez que geram e são gerados no constante conflito entre os protagonistas sociais pela manutenção ou transformação de uma visão de mundo: o poder simbólico do fazer ver e fazer crer, do pensar, do sentir e do agir em determinado sentido. Em síntese, as linguagens incorporam as produções sociais que se estruturam mediadas por códigos



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

permanentes, passíveis de representação do pensamento humano e capazes de organizar uma visão de mundo mediada pela expressão, pela comunicação e pela informação.

A linguagem verbal, oral e escrita, representada pela língua materna, viabiliza a compreensão e o encontro dos discursos utilizados em diferentes esferas da vida social. É com a língua materna e por meio dela que as formas sociais arbitrárias de visão de mundo são incorporadas e utilizadas como instrumentos de conhecimento e de comunicação. As relações linguísticas, longe de ser uniformes, marcam o poder simbólico acumulado por seus protagonistas. Não há uma competência linguística abstrata, mas, sim, limitada pelas condições de produção e de interpretação dos enunciados determinados pelos contextos de uso da língua. O desenvolvimento da competência linguística do aluno, nessa perspectiva, não está pautado na exclusividade do domínio técnico de uso da língua legitimada pela norma-padrão, mas, principalmente, no domínio da competência performativa: o saber usar a língua em situações subjetivas ou objetivas que exijam graus de distanciamento e de reflexão sobre contextos e estatutos de interlocutores, ou seja, a competência comunicativa vista pelo prisma da referência do valor social e simbólico da atividade linguística, no âmbito dos inúmeros discursos concorrentes.

A utilização dessa variedade dá-se por meio de um exercício prático em situações de simulação escolar. A competência performativa exige mais do que uma atitude de reprodução de valores. A diversidade de textos concorre para o reconhecimento dos gêneros como expressões históricas e culturais diversificadas, que vão se modificando ao longo do tempo. Hoje, mais do que nunca, as transformações tecnológicas podem atropelar o trabalho de uma escola que se cristaliza em “modelos”



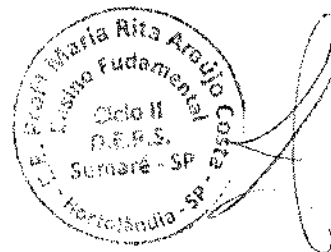
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

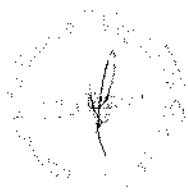


estanques. Em uma cultura letrada como a nossa, a competência de ler e de escrever é parte integrante da vida das pessoas e está intimamente associada ao exercício da cidadania. As práticas de leitura e escrita, segundo as pesquisas que vêm sendo realizadas na área, têm impacto sobre o desenvolvimento cognitivo do indivíduo.

Essas práticas possibilitam o desenvolvimento da consciência do mundo vivido (ler é registrar o mundo pela palavra, afirma Paulo Freire), propiciando aos sujeitos sociais a autonomia na aprendizagem e a contínua transformação, inclusive das relações pessoais e sociais. Nesse sentido, os atos de leitura e de produção de textos ultrapassam os limites da escola, especialmente os da aprendizagem em língua materna, configurando-se como pré-requisitos para todas as disciplinas escolares.

A leitura e a produção de textos são atividades permanentes na escola, no trabalho, nas relações interpessoais e na vida. Por isso mesmo, o Currículo proposto tem por eixo a competência geral de ler e de produzir textos, ou seja, o conjunto de competências e habilidades específicas de compreensão e de reflexão crítica intrinsecamente associado ao trato com o texto escrito. As experiências proficuas de leitura pressupõem o contato do aluno com a diversidade de textos, tanto do ponto de vista da forma quanto no que diz respeito ao conteúdo. Além do domínio da textualidade propriamente dita, o aluno vai construindo, ao longo do ensino-aprendizagem, um repertório cultural específico relacionado às diferentes áreas do conhecimento que usam a palavra escrita para o registro de ideias, de experiências, de conceitos, de sínteses etc.

O texto é o foco principal do processo de ensino-aprendizagem. Considera-se texto qualquer sequência falada ou escrita que constitua um todo unificado e coerente dentro de uma determinada situação discursiva.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.^a MARIA RITA ARAUJO COSTA

ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



conceito (esferas escolar e de divulgação científica).

O debate e o diálogo, as perguntas que desmontam as frases feitas, a pesquisa, entre outras, seriam formas de auxiliar o aluno a construir um ponto de vista articulado sobre o texto. Nesse caso, o aluno deixaria de ser mero espectador ou reproduzidor de saberes discutíveis para se apropriar do discurso, verificando a coerência de sua posição em face do grupo com quem partilha interesses. Dessa forma, além de se apropriar do discurso do outro, ele tem a possibilidade de divulgar suas ideias com objetividade e fluência perante outras ideias. Isso pressupõe a formação crítica, diante da própria produção, e a necessidade pessoal de partilhar dos propósitos previstos em cada ato interlocutivo.

Pertencer a uma comunidade, hoje, é também estar em contato com o mundo todo; a diversidade da ação humana está cada vez mais próxima da unidade para os fins solidários. As leituras e a escrita, por suas características formativas, informativas e comunicativas, apresentam-se como instrumentos valiosos para se alcançar esses fins.

Por esse caráter essencial da competência de leitura e de escrita para a aprendizagem dos conteúdos curriculares de todas as áreas e disciplinas, a responsabilidade por sua aprendizagem e avaliação cabe a todos os professores, que devem transformar seu trabalho em oportunidades nas quais os alunos possam aprender e consigam consolidar o uso da Língua Portuguesa e das outras linguagens e códigos que fazem parte da cultura, bem como das formas de comunicação em cada uma delas.

A centralidade da competência leitora e escritora, que a transforma em objetivo de todas as séries/anos e de todas as disciplinas,



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Assim, o que define um texto não é a extensão dessa sequência, mas o fato de ela configurar-se como uma unidade de sentido associada a uma situação de comunicação. Nessa perspectiva, o texto só existe como tal quando atualizado em uma situação que envolve, necessariamente, quem o produz e quem o interpreta. E, na medida em que todo texto escrito é produzido para ser lido, ele reflete as possibilidades e as expectativas do leitor a que se dirige, identificável por marcas como valores, referências e formulações característicos.

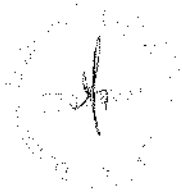
Nesse sentido, todo texto articula-se para atingir um leitor socialmente situado, tendo em vista um objetivo definido, atualizando-se, em seu meio de circulação, sob a forma de um gênero discursivo específico. Textos são classificados segundo a esfera discursiva de circulação e o gênero a que pertencem.

A seleção das esferas e dos gêneros procura contemplar a importância social e educacional desses textos para a formação do aluno, considerando-se diferentes situações de leitura, como:

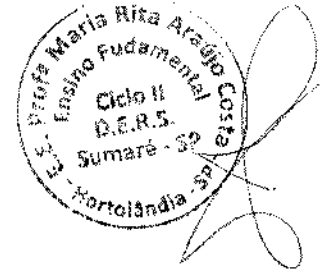
- ler, em situação pessoal, textos que, no cotidiano, são escolhidos pelo leitor de acordo com seu interesse, em busca de divertimento, de informação e de reflexão (esferas artístico-literária, de entretenimento, jornalística e publicitária);
- ler textos relacionados à vida pública, que, no cotidiano, são utilizados para atender a uma demanda institucional predefinida ou a ela respeitar (esfera institucional pública);

- ler, em situação de trabalho ou ocupacional, textos que, no cotidiano, são utilizados para fazer algo (esfera ocupacional);

- ler, em situação de educação formal, textos que, no cotidiano, são prescritos para o ensino-aprendizagem de determinado assunto ou



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

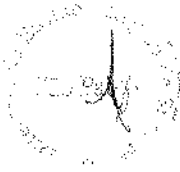
contemporâneo, de outro. As novas tecnologias da informação promoveram uma mudança na produção, na organização, no acesso e na disseminação do conhecimento.

A escola, sobretudo hoje, já não é a única detentora de informação e conhecimento, mas cabe a ela preparar seu aluno para viver em uma sociedade em que a informação é disseminada em grande velocidade. Vale insistir que essa preparação não exige maior quantidade de ensino (ou de conteúdos), mas sim melhor qualidade de aprendizagem.

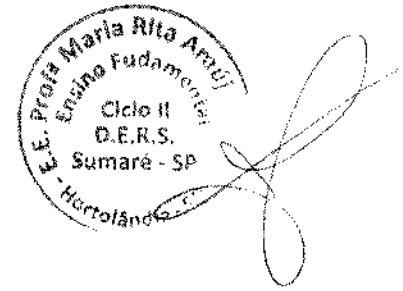
Preparar-se para acompanhar esse movimento torna-se o grande desafio das novas gerações. Esta proposta curricular adota como competências para aprender aquelas que foram formuladas no referencial teórico do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem, 1998). Entendidas como desdobramentos da competência leitora e escritora, para cada uma das cinco competências do Enem transcritas a seguir apresenta-se a articulação com a competência de ler e escrever.

- “Dominar a norma-padrão da Língua Portuguesa e fazer uso das linguagens matemática, artística e científica.” Ler, entre outras coisas, é interpretar (atribuir sentido ou significado), e escrever, igualmente, é assumir uma autoria individual ou coletiva (tornar-se responsável por uma ação e suas consequências).

- “Construir e aplicar conceitos das várias áreas do conhecimento para a compreensão de fenômenos naturais, de processos histórico-geográficos, da produção tecnológica e das manifestações artísticas.” É o desenvolvimento da linguagem que possibilita o raciocínio hipotético-dedutivo, indispensável à compreensão de fenômenos. Ler, nesse sentido, é um



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

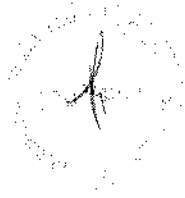
assinala para os gestores (a quem cabe a educação continuada dos professores na escola) a necessidade de criar oportunidades para que os docentes também desenvolvam essa competência.

Por fim, é importante destacar que o domínio das linguagens representa um primordial elemento para a conquista da autonomia, a chave para o acesso a informações, permitindo a comunicação de ideias, a expressão de sentimentos e o diálogo, necessários à negociação dos significados e à aprendizagem continuada.

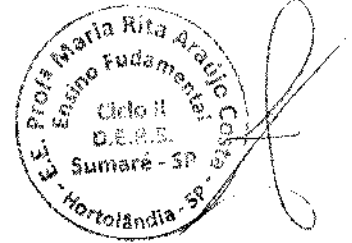
10.5 ARTICULAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS PARA APRENDER

A aprendizagem é o centro da atividade escolar. Por extensão, o professor caracteriza-se como um profissional da aprendizagem. O professor apresenta e explica conteúdos, organiza situações para a aprendizagem de conceitos, de métodos, de formas de agir e pensar, em suma, promove conhecimentos que possam ser mobilizados em competências e habilidades que, por sua vez, instrumentalizam os alunos para enfrentar os problemas do mundo.

Dessa forma, a expressão “educar para a vida” pode ganhar seu sentido mais nobre e verdadeiro na prática do ensino. Se a educação básica é para a vida, a quantidade e a qualidade do conhecimento têm de ser determinadas por sua relevância para a vida de hoje e do futuro, para além dos limites da escola. Portanto, mais que os conteúdos isolados, as competências são guias eficazes para educar para a vida. As competências são mais gerais e constantes; os conteúdos, mais específicos e variáveis. É exatamente a possibilidade de variar os conteúdos no tempo e no espaço que legitima a iniciativa dos diferentes sistemas públicos de ensino de selecionar, organizar e ordenar os saberes disciplinares que servirão como base para a constituição de competências, cuja referência são as diretrizes e orientações nacionais, de um lado, e as demandas do mundo



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

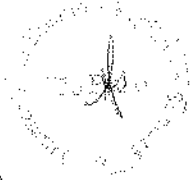


ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

É no contexto da realização de projetos escolares que os alunos aprendem a criticar, respeitar e propor projetos valiosos para toda a sociedade; por intermédio deles, aprendem a ler e a escrever as coisas do mundo atual, relacionando ações locais com a visão global, por meio de atuação solidária. O aluno precisa constituir as competências para reconhecer, identificar e ter visão crítica daquilo que é próprio de uma área do conhecimento e, a partir desse conhecimento, avaliar a importância dessa área ou disciplina em sua vida e em seu trabalho.

A lei determina um prazo generoso para que os alunos aprendam o “significado das ciências, das artes e das letras”: começa na Educação Infantil, percorre o Ensino Fundamental e prossegue no Ensino Médio. Durante mais de doze anos deverá haver tempo suficiente para que os alunos se alfabetizem nas ciências, nas humanidades e nas técnicas, entendendo seus enfoques e métodos mais importantes, seus pontos fortes e fracos, suas polêmicas, seus conceitos e, sobretudo, o modo como suas descobertas influenciam a vida das pessoas e o desenvolvimento social e econômico. Para isso, é importante abordar, em cada ano ou nível da escola básica, a maneira como as diferentes áreas do currículo articulam a realidade e seus objetos de conhecimento específicos, a partir de questões como as exemplificadas a seguir.

- Que limitações e potenciais têm os enfoques próprios das áreas?
- Que práticas humanas, das mais simples às mais complexas, têm fundamento ou inspiração nessa ciência, arte ou outra área de conhecimento?
- Quais as grandes polêmicas nas várias disciplinas ou áreas de conhecimento? A relação entre teoria e prática em cada disciplina do



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



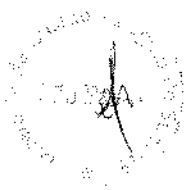
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

modo de compreender, isto é, de assimilar experiências ou conteúdos disciplinares (e modos de sua produção); escrever é expressar sua construção ou reconstrução com sentido, aluno por aluno.

- “Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.” Ler implica também – além de empregar o raciocínio hipotético-dedutivo que possibilita a compreensão de fenômenos – antecipar, de forma comprometida, a ação para intervir no fenômeno e resolver os problemas decorrentes dele. Escrever, por sua vez, significa dominar os inúmeros formatos que a solução do problema comporta.

- “Relacionar informações, representadas em diferentes formas, e conhecimentos disponíveis em situações concretas, para construir argumentação consistente.” A leitura, nesse caso, sintetiza a capacidade de escutar, supor, informar-se, relacionar, comparar etc. A escrita permite dominar os códigos que expressam a defesa ou a reconstrução de argumentos – com liberdade, mas observando regras e assumindo responsabilidades.

- “Recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaborar propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural.” Ler, nesse caso, além de implicar o descrever e o compreender, bem como o argumentar a respeito de um fenômeno, requer a antecipação de uma intervenção sobre ele, com a tomada de decisões a partir de uma escala de valores. Escrever é formular um plano para essa intervenção, formular hipóteses sobre os meios mais eficientes para garantir resultados a partir da escala de valores adotada.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

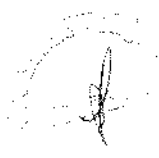
Currículo. A relação entre teoria e prática não envolve necessariamente algo observável ou manipulável, como um experimento de laboratório ou a construção de um objeto. Tal relação pode acontecer ao se compreender como a teoria se aplica em contextos reais ou simulados. Uma possibilidade de transposição didática é reproduzir a indagação de origem, a questão ou necessidade que levou à construção de um conhecimento – que já está dado e precisa ser apropriado e aplicado, não obrigatoriamente ser “descoberto” de novo. A lei determina corretamente que a relação entre teoria e prática se dê em cada disciplina do currículo, uma vez que boa parte dos problemas de qualidade do ensino decorre da dificuldade em destacar a dimensão prática do conhecimento, tornando-o verbalista e abstrato.

A lei ainda associa a “compreensão dos fundamentos científicos dos processos produtivos” ao relacionamento entre teoria e prática em cada disciplina do currículo. E insiste quando insere o “domínio dos princípios científicos e tecnológicos que presidem a produção moderna” entre as competências que o aluno deve demonstrar ao final da educação básica.

Capítulo 11

PLANO DE AÇÃO

O plano de ação desta Unidade Escolar tem como prioridade as interações professor/aluno; aluno/aluno; aluno/objeto de estudo, através de situações de aprendizagens significativas, visando ao desenvolvimento das



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

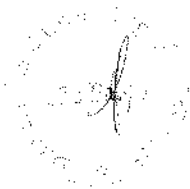
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



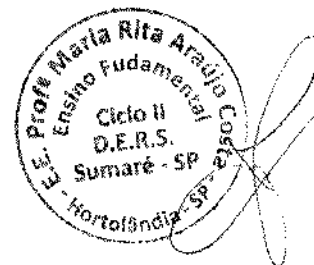
competências e do caráter questionador, investigativo e prático em todas as áreas de estudo, possibilitando, também, o trabalho com habilidades importantes como formular questões, realizar observações, estabelecer relações, interpretar, propor, levantar hipóteses, diagnosticar e enfrentar problemas, individualmente ou em equipe.

11.1 OBJETIVOS GERAIS

- Colocar o aluno no centro do processo educativo, considerando-o como sujeito ativo dentro do processo de ensino aprendizagem.
- Utilizar a variedade de recursos didáticos - pedagógicos e ambientes adequados para o enriquecimento curricular, buscando a melhoria das práticas pedagógicas e desenvolvimento do aluno.
- Desenvolver um trabalho colaborativo (gestores, professores e alunos), através do qual as diferentes estratégias de avaliação estejam integradas nas situações de aprendizagem diárias e estabelecer qual o tipo de instrumento será mais adequado ao que foi aprendido.
- Considerar os resultados obtidos nas avaliações internas e externas para a recondução do trabalho pedagógico, na busca de níveis mais elevados de aprendizagem.
- Fundamentar o trabalho pedagógico, através da articulação entre os limites das disciplinas, formando uma rede relações de conhecimentos, para que os conteúdos não sejam trabalhados de forma fragmentada, mas que possibilite o desenvolvimento global do aluno.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

11.4 AÇÕES A SEREM REALIZADAS PARA A MELHORIA DA APRENDIZAGEM:

No contexto de uma escola em que o conhecimento se constrói de forma condizente com a necessidade dos alunos e de forma dinâmica, as práticas pedagógicas devem contemplar ações importantíssimas, as quais serão descritas a seguir, de acordo com as questões propostas e com os objetivos estabelecidos:

- É de suma importância que o professor desenvolva questionamentos que contribuam para as reflexões sobre os conteúdos a serem trabalhados no decorrer das aulas, a fim de que o estudo alcance uma dimensão mais significativa, uma vez que amplia as discussões, aproveitando-se a fala do professor, e, principalmente, as argumentações dos alunos, valorizando-se, também, os conhecimentos prévios e as diferenças culturais dos alunos.
Os conteúdos devem ser trabalhados através de situações de aprendizagem que façam sentido e que estejam integrados ao cotidiano e ao interesse dos alunos.
- Uso do “Plano Semanal de Aulas”, elaborado durante as ATPCs, como instrumento facilitador do trabalho do professor e do acompanhamento pela equipe gestora, através do qual é possível:
 - selecionar os inúmeros recursos didático-pedagógicos a serem utilizados: “Cadernos do Professor e do Aluno”, livros didáticos e paradidáticos, DVDs de filmes e documentários, Datashow, material de laboratório, revistas, jornais, obras de arte, atividades lúdicas, o Guia do Estudante (material de apoio curricular para as 3ª série), sites indicados para pesquisa.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

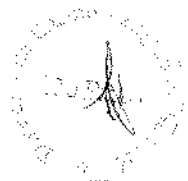
- Proporcionar o envolvimento dos alunos portadores de necessidades especiais no processo de ensino-aprendizagem
- Conscientizar o aluno sobre a importância de se estar na escola todos os dias e fazê-lo retornar às suas atividades escolares.
- Conscientizar os pais sobre a necessidade do acompanhamento de todas as atividades escolares de seus filhos.

11.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

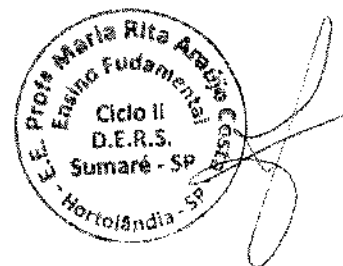
1. Possibilitar ao aluno a construção de significados diante das situações de aprendizagem, a partir de um problema – desafio, de um jogo e de diferentes atividades, através do diálogo com o professor e das problematizações.
2. Conscientizar professores e alunos sobre a importância das atividades diárias de leitura, para que todos se tornem capazes de ler e interpretar, com proficiência, o mundo ao seu redor.
3. Espera-se que, por meio da formação continuada, os professores possam se aprofundar na área de conhecimento em que atua, refletindo sobre suas práticas e elevando, também o seu potencial como educador.

11.3 METAS

1. Desconstruir o mito de que a Matemática é complicada e assustadora.
2. Definir estratégias que serão utilizadas para o desenvolvimento das competências leitora e escritora em todas as disciplinas.
3. Realizar a formação docente nesta Unidade Escolar.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

- organizar ambientes, pois, além dos recursos pedagógicos, os professores e os alunos poderão usufruir de todos os ambientes que possibilitem a dinâmica das aulas, para a contextualização dos conteúdos, facilitando a aprendizagem: sala de aula, laboratório de ciências, sala de vídeo, sala de informática (na medida do possível), biblioteca, quadra esportiva, pátio (tênis, dança), jardim, e até mesmo, o entorno da escola.
- Aliados à eficácia do trabalho do professor, devem estar os investimentos pedagógicos do coordenador e dos demais gestores, compartilhando esforços, acompanhando o desenvolvimento das atividades, da seguinte forma:
 - colocar o aluno em contato com avaliações diagnósticas já no início do ano, elaboradas pela equipe de professores por ocasião do planejamento, para se detectar as dificuldades básicas, e a partir delas, criar condições de iniciar as aulas com atividades e conteúdos adequados;
 - elaborar outras avaliações deste tipo a serem aplicadas durante e no final de vários períodos do processo de aprendizagem, visando, sempre ao redirecionamento do trabalho;
 - elaborar questões que utilizem as diferentes linguagens: textos escritos, figura, legendas, mapas, charges, infográficos, gráficos e que exijam o raciocínio lógico-matemático, para que os alunos construam significados, relacionando as questões propostas com as leituras que fazem do mundo ao seu redor;
 - formular questões que contemplem as habilidades necessárias aos alunos e, em seguida, analisar os resultados para se observar quais habilidades já foram apropriadas por eles e as que precisam ser desenvolvidas, de acordo com o Currículo e a Proposta Pedagógica;



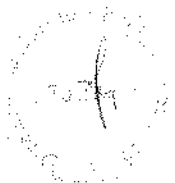
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ

E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA

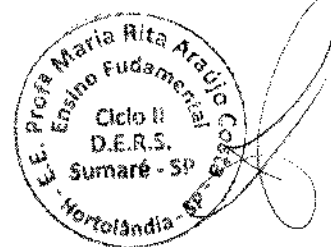
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



- realizar as correções, para que, através dos erros, os alunos possam reconsiderar os caminhos percorridos e compreenderem o que fazer para chegarem às aprendizagens, garantindo, também os momentos de recuperação contínua, para que os alunos não prossigam com lacunas;
- envolver os alunos em outros instrumentos de avaliação, adequando-os aos conteúdos trabalhados e aos seus objetivos: seminários com apresentações orais e escritas, pesquisas, tarefas de casas, e outros instrumentos que correspondam às particularidades de cada disciplina;
- envolver os pais no sentido de acompanhar os estudos, as atividades diárias, estarem presentes nas reuniões, nos eventos e em outros momentos da vida escolar dos filhos;
- refletir sobre os resultados de todos os instrumentos avaliativos, reconduzindo o trabalho, na busca de melhores resultados nas avaliações internas, nas externas (SARESP, ENEM), e nas práticas em qualquer momento da vida dos alunos fora da escola.
- Transformar as práticas pedagógicas para que a educação matemática seja realizada de forma diferente e atrativa, como:
 - problematizar situações da realidade social dos alunos;
 - utilizar diferentes recursos didáticos, utilizando um problema - desafio, um jogo e outras atividades que dinamizem as aulas;
 - desenvolver as habilidades necessárias para a disciplina, para que os alunos prossigam sem defasagens ou sem os requisitos básicos para o avanço nos estudos, mostrando que a matemática está nas atividades diárias das pessoas.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



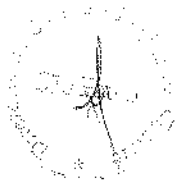
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

de futuros cidadãos críticos e reflexivos, assim como o desenvolvimento de profissionais éticos e qualificados.

Diante dessas exigências, parece fundamental esclarecer as dúvidas e as relações existentes entre Projeto Político-Pedagógico (PPP) e o Regimento Escolar (RE). Essas são algumas questões que buscaremos responder por meio de análises e reflexões pautadas na teoria, buscando contribuir tanto para o conhecimento, quanto para a elaboração e a execução de um projeto curricular que defenda teorias críticas e de uma gestão escolar democrática participativa.

Dessa forma, o currículo escolar deverá estar direcionado aos interesses da escola, considerando todo um contexto histórico, a realidade local e global, e as reais necessidades vivenciadas no cotidiano pelos envolvidos no processo educativo. As teorias críticas adotadas pela instituição devem estar expostas claramente no PPP da escola. Ressaltamos, ainda, que é importante explicitar neste documento o estilo de gestão que a equipe gestora utiliza para desenvolver as práticas pedagógicas.

Um Projeto Político-Pedagógico tem a função de ajudar na conquista e consolidação da autonomia da escola. Nesse enfoque, necessita ser organizado e subsidiado por teorias e concepções de conhecimentos, promovendo o desenvolvimento integral dos indivíduos, atualizando-se e transformando-se de acordo com os avanços e as mudanças da comunidade escolar. O interessante, neste contexto, é que a escola tem autonomia para decidir que caminho seguir, que identidade deseja ter, que concepções teórico-práticas deseja desenvolver.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



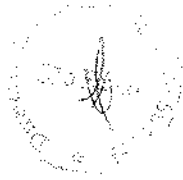
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

- Trabalhar as situações de aprendizagens desenvolvendo as competências leitora e escritora em todas as disciplinas, pois são a base para qualquer estudo.
 - envolver os alunos em atividades diárias de leitura e escrita (caderno do aluno, livros didáticos, revistas, jornais, sites, e outros);
 - leitura de livros paradidáticos (Projeto quebra-cabeça e outros) e posterior trabalho de sala de aula: roteiros, prova escrita, apresentação de slides, encenações de trechos das obras;
 - trabalho de leitura e interpretação dos diversos gêneros textuais.
 - produção de diversos gêneros textuais.
- Realização da formação continuada dos professores, durante as ATPCs, como uma das atribuições essenciais do Coordenador – Pedagógico, visando ao estudo e ao aprofundamento dos conhecimentos docentes nos mais variados temas para o exercício da sua atividade profissional.
- Além da formação continuada nas ATPCs, os professores também realizam curso on-line oferecidos pela SEE e presenciais, na Diretoria de Ensino.

Capítulo 12

IMPLEMENTAÇÃO E AVALIAÇÃO

A elaboração do Projeto Político-Pedagógico da escola é o principal ponto de referência para a construção da identidade escolar e dos profissionais que nela atuam. Este é, também, a base para a formação



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

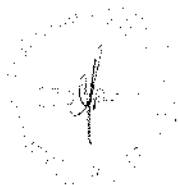


Mas para que todo esse processo resulte em uma prática pedagógica construtiva, reflexiva, democrática, participativa, crítica que questione e transformadora da realidade atual, é necessário que antes o professor tenha conhecimento sobre o que é um projeto político-pedagógico.

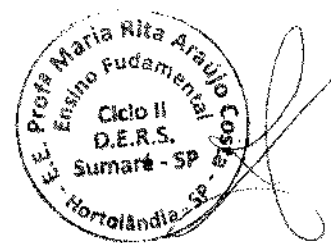
Tomando como base o projeto político-pedagógico, podemos compreender todo o funcionamento, a estrutura organizacional, a metodologia e os aspectos teórico-práticos presentes na práxis pedagógica, enfim, tudo o que pode e deve ser esclarecedor e transparente para o bom entendimento quanto à estrutura e o funcionamento da escola, tanto por parte da comunidade e especialmente pelos professores.

A construção de um projeto político-pedagógico requer continuidade, reestruturação, reavaliação, participação e democratização, partindo da problemática abordada pela comunidade escolar, sendo necessário primeiramente delinear os princípios norteadores em termos diretrizes, planejamentos e ação, definindo o rumo e as concepções sobre a prática pedagógica.

Para que, se possa realizar uma prática pedagógica comprometida com a realidade escolar, é indispensável que, além do conhecimento desta realidade, promova-se um processo de problematização crítica. Este deve sensibilizar a comunidade escolar para a elaboração do projeto político-pedagógico buscando soluções práticas para os problemas detectados, observando que este é um processo em constante construção/reconstrução, estando sempre aberto a novas análises, argumentações e questionamentos quanto às necessidades no decorrer de sua organização. Enfatiza-se que a própria construção e



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA



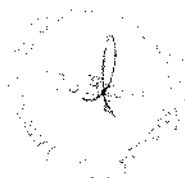
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II

implementação do PPP nas escolas exige um parecer avaliativo que procure nortear os princípios reflexivos que exercitam o processo educacional.

Atualmente a escola prima pela qualidade no ensino, visando especialmente a interdisciplinaridade, a socialização, a contextualização e a autonomia, expressando a necessidade de uma educação mais justa e solidária, mas esquece que, antes de tudo, é fundamental que o professor tenha conhecimento, habilidades específicas e especialmente, consiga desenvolver suas competências para desse modo, melhor compreender o sentido e a importância do saber; buscando a estruturação da aprendizagem a partir da estrutura econômica, social política e cultural do ambiente ao qual a escola e o educando pertencem.

Com isso, percebemos que os educandos e educadores são considerados sujeitos centrais deste processo. Dessa forma, todos os sujeitos aprendizes devem estar em constante participação nos “processos” escolares. Entre esses “processos” encontra-se a construção e a implementação do PPP.

Destacamos que as participações de outros setores da comunidade devem se envolver neste processo de busca por uma melhor estruturação da equipe escolar em relação à construção e implementação do projeto político-pedagógico da escola. Haja visto, inclusive, que infelizmente os PPPs existentes nas escolas estão desatualizados, desintegrados e desconstituídos de significado real, bem como a falta de sintonia entre o documento e o contexto escolar.



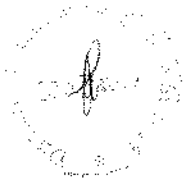
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



As principais características de um projeto político-pedagógico são a necessidade de envolvimento da comunidade educativa, visando um processo de ação-reflexão-ação, que se efetiva por meio da prática reflexiva, onde juntamente com o grupo se estabelece um ponto de referência que passará a ser o gerador de questionamentos, dúvidas, sonhos e do que realmente nossa escola necessita.

Outra questão muito importante para a renovação do processo educativo é a participação efetiva da comunidade escolar (equipe gestora, professores, funcionários, alunos e pais) na construção do projeto político-pedagógico. Enfatizamos a presença e colaboração dos educandos, pois é fundamental que estes sejam atendidos em suas necessidades básicas educacionais, para assim, melhor compreender o significado e a real importância da construção do conhecimento, observando que a aprendizagem é um processo contínuo e em constante de transformação, de surgimento de hipóteses e da descoberta de novas potencialidades e saberes.

Dentro dessa nova ordem pedagógica, onde a escola, juntamente com toda a equipe educacional busca promover transformações e implementá-las, é fundamental estabelecer novas abordagens com princípios norteadores para a construção e estruturação do Projeto Político-Pedagógico.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Capítulo 13

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos estudos preparatórios para a elaboração conjunta desta Proposta Pedagógica da E.E. Prof.ª Maria Rita Araújo Costa prevê em todas as séries deste ciclo, a fidelidade às finalidades e objetivos assumidos foi observada.

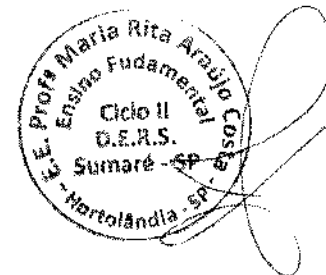
Educar é o lema que encerra o fim maior desta proposta pedagógica. Para que a Unidade seja preservada, há que se observarem no ensino fundamental II, os seguintes princípios:

Fazer-se amar para construir a confiança e a familiaridade; assegurar o alimento intelectual indispensável ao exercício da cidadania; a continuidade de estudos e ao acesso profissional; permear as atividades pedagógicas de espiritualidade como elemento complementados da educação escolar. O professor deverá transcender sua função de repetidor de conteúdos e tornar-se um “educador”, cuja atuação leva em conta os aspectos intelectual, emocional e espiritual como partes de um todo, onde a convivência com os educandos seja um hábito de conduta.

Nossa proposta exige, de um lado, competência profissional e, de outro, exercício da cidadania, cultivo de valores e capacidade de relacionamento para a realização da tarefa “promoção humana”. Em clima de família e de trabalho, o processo ensino aprendizagem é um encontro de pessoas, em que os educadores respeitam o pluralismo de dons, a bagagem cultural e a opção de crença de cada aluno.



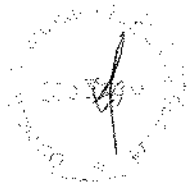
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



Para a consecução desses princípios, faz-se necessária disciplina interior e exterior. A disciplina interior regulamenta os valores a serem cultivados que se projetam como normas para procedimentos externos. Estas normas são configuradas no Regimento Escolar.

REFERÊNCIAS

- Lei nº 9394/96- Diretrizes e Bases da Educação Nacional.
- Del 09/97- Conselho Estadual de Educação.
- Del 10/97- Conselho Estadual de Educação.
- Revista da UDEM0/2013.
- Diretrizes Curriculares Educação Básica- Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. 2010b. Fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental de 9 anos. Disponível em: portal.mec.gov.br/docman/julho-2013-pdf/13677-diretrizes-educacao-basica. Acesso em: 21 fevereiro 2018.
- Documentos da CNBB nº 47, Educação, Igreja e Sociedade.
- Documentos da CNBB nº 54, Diretrizes Gerais da Ação Evangelizadora da Igreja no Brasil.



GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO
DIRETORIA DE ENSINO – REGIÃO DE SUMARÉ
E.E. Prof.ª MARIA RITA ARAUJO COSTA
ENSINO FUNDAMENTAL - CICLO II



- Atos do Conselho Geral da Sociedade Salesiana de São Joao Bosco n° 356-Comunhão e Partilha no Espírito e Missão de Dom Bosco.
- Cartilha da Emancipação de Hortolândia-História do Município.
- Escola de Cara Nova- As mudanças na educação construção da proposta pedagógica na escola.
- Escola de Cara Nova - Subsídios - Implementação do Regime de Progressão Continuada no Ensino Fundamental II.
- Vasconcelos,Janilse F.; Azevedo, Maria Antonia de; Corte, Marilene Gabriel Dalla; Cunha, Gracilliani Rosa da- Centro Universitário Franciscano/ UNIFRA – Os Desafios da Construção, Implementação e Avaliação do PPP na Educação Infantil – 2007.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia:Alternativa, 2001.